revista
CREA PR
Ano 1-N 5 -MAIO/JUNHO 1999



Privatização

KIT ART®

Anotação de Responsabilidade Técnica

CINCO RAZÕES PARA VOCÊ USAR

1. Vários profissionais podem usar o software em uma única instalação.
2. Faz controle pessoal das ARTs emitidas.
3. Dispensa a aquisição de formulários específicos.
4. Facilita a consulta aos códigos de tabelas de serviço e taxas, entre outros.
5. Executa o cálculo automático das taxas, eliminando erros de preenchimento.

Conselho Regional de Engenharia,
Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná

Rua Dr. Zamenhof, 35 - Curitiba - PR
Fone: (041) 350-6700 - Fax: (041) 252-9498
E-Mail: informatica@crea-pr.org.br

DESIGN RANCIARO MILANI



Software formulário para preenchimento automático da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

O KIT ART, versão 2.03, está disponível em qualquer um dos 32 escritórios do CREA no Paraná e também na Home Page do Conselho, para aquisição e atualização
Internet: http//:www.crea-pr.org.br

ADQUIRA LOGO O SEU!

Órgão oficial do Conselho Regional
de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia do Estado do Paraná

revista
CREA PR

E-MAIL: informatica@crea-pr.org.br
http://www.crea.pr.org.br
Rua Dr. Zamenhof, 35 - Alto da
Glória - Fone: (041) 350-6700
Curitiba - Paraná

DIRETORIA

Presidente
Ivo Gilberto Martins - Eng. Civil
Primeiro Vice-Presidente
José Augusto Cordeiro Loyola - Eng. Agr.
Segundo Vice-Presidente
Newton Rogério Rutz da Silva - Eng. Civil
Primeiro Secretário
Luis Paulo Bombassaro - Arquiteto
Segundo Secretário
Nelson Luiz Gomez - Eng. Eletricista
Terceiro Secretário
Paulo Victor Niederauer - Eng. Civil
Primeiro Tesoureiro
Luiz Carlos Balcewicz - Eng. Agrônomo
Segundo Tesoureiro
Isaías Seade - Eng. Civil
Diretor Adjunto
José Luzo de Souza Fernandes - Eng. Civil

Câmaras Especializadas

Engenharia Civil
João Kovalechyn - Eng. Civil
Arquitetura
Humberto Tetsuya Yamaki - Arquiteto
Engenharia Elétrica
Claude Franck Loewenthal - Eng. Eletricista
Engenharia Química
Guilhermino Baeta de Faria - Eng. Químico
Agronomia
Luiz Antonio Rossafa - Eng. Agrônomo

Conselho editorial

Ivo Gilberto Martins
Luis Paulo Bombassaro
Luiz Carlos Balcewicz
Nelson Luiz Gomez
José Augusto C. Loyola

REVISTA DO CREA-PR

Editor: **Mário Milani**
Colaboraram nesta edição:
Silvestre Duarte, Ari Silveira, Luciana Fragas , Casemiro Linarth, Cláudia Mota e Patrícia Macedo
Programação Visual
Sérgio Ranciaro/Marcos Scotti
Ilustração: **Cláudio Kambé/Sérgio Ranciaro**
Fotografia: **Júlio Covello**
Jornalista Responsável: **Mário Milani**
Tiragem: **50 mil exemplares**

enter
COMUNICAÇÃO

RUA PORTUGAL, 39-A
TELEFAX (041) 222-6899 - CURITIBA/PR
CEP: 80510-280
E-MAIL: enter@enter.com.br
http://www.enter.com.br

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião da revista, sendo os mesmos de responsabilidade de seus autores.



Vende-se empresas públicas

18 e 19

Senador Roberto Requião ____ página 20
Senador Álvaro Dias ____ página 21
O País empobrece com as privatizações ____ página 22
Estado quer ser privatizado ____ página 23
Quem vai fiscalizar ? ____ página 24
60 investidores de olho na Copel ____ página 25
Banestado e Sanepar: na mão privada ____ página 26
Governo financia as privatizações ____ página 27
Lerner: defesa do consumidor ____ página 28
É preciso fiscalizar ____ página 29

Laboratório do Bom Ar



8 e 9



Compre imóveis de qualidade 10



Testando o material da construção 14

6 e 7 **Eventos, congressos e seminários**

E ainda

11 Evitando o apagão
12 Soja sem veneno no prato da Europa
13 Vem aí a estrada de Concreto
15 Ganhe dinheiro com energia solar
16 Avanços no Congresso de Profissionais
17 Santuário ecológico Nossa Senhora da Luz
30 Agora, ART em código de barras
31 Cartas dos leitores
32 e 33 Sanchotene, o arquiteto colecionador de prêmios
34 Internet

Privatizar e fiscalizar

Há quase um consenso na sociedade com relação à necessidade de se privatizar alguns setores da economia que estão nas mãos do Estado. As empresas incharam, engordaram e passaram a ser um peso para a administração pública. O governo, ao vender 56 empresas nesta década, arrecadou US$ 17,956 milhões. Quer mais. Deseja enxugar a máquina pública para deixá-la bem leve. Agora resta saber: quem irá fiscalizar os serviços prestados pelas empresas privadas? Como garantir a boa qualidade do atendimento? É uma boa medida privatizar setores essenciais como saúde e educação? São respostas que alguns políticos, já têm na ponta da língua, mas que para a maioria da população ainda são indagações que só o tempo irá responder. Espera-se que os serviços melhorem ainda mais praticando-se a livre concorrência.

No caso paranaense, privatizando empresas como a COPEL, SANEPAR e TELEPAR, não estaria o governo matando "a galinha dos ovos de ouro"? Sabe-se muito bem que as empresas paranaenses foram montadas ao longo dos anos com recursos dos impostos arrecadados da população. Empresas rentáveis que até então vinham oferecendo um bom atendimento, sobretudo porque, durante anos, ganharam experiências e desenvolveram tecnologias e projetos locais. Será que uma multinacional francesa - à título de exemplo - saberia tratar com respeito a realidade paranaense?

O fato é que a sociedade organizada deve estar atenta para garantir bons serviços. Entendo que o Projeto de Lei do deputado Beto Richa, criando a Agência Estadual de Controle e Regulação das Atividades Concedidas, que está em tramitação na Assembléia Legislativa, é uma boa iniciativa para iniciarmos um processo de fiscalização eficaz nos trâmites das privatizações. O deputado quer a instalação de uma Agência Estadual que terá, segundo ele, "papel fundamental na afirmação democrática, na qualidade dos serviços e obras e no atendimento às necessidades da população do Estado do Paraná e mesmo na defesa dos interesses da justiça e do bem comum". O projeto de lei quer a participação da sociedade, quer garantir transparência nas futuras privatizações e fiscalizar os serviços prestados. Entendo que o CREA-PR, através dos seus profissionais experientes e qualificados, pode contribuir de forma substancial com a fiscalização, de forma a garantir bons serviços das empresas privatizadas. Nesta quinta edição da revista CREA-PR, vamos abordar esse tema, questionar alguns itens e dar algumas pinceladas sobre o palpitante assunto. Várias opiniões que servem como reflexão para todos nós. O CREA -PR tem obrigação de estar presente nesse processo, apresentando propostas, visando implementar mecanismos que possam garantir serviços de boa qualidade. Tema de interesse dos profissionais do sistema. Boa Leitura. ■

Engenheiro Ivo Gilberto Martins
Presidente do CREA-PR



Quando falamos que a Global Telecom saiu à frente escolhendo a tecnologia CDMA, estamos falando do futuro. Tanto que os países mais importantes do mundo já operam com CDMA.

Por isso, se continuarem falando para você que celular digital com CDMA é a mesma coisa ou até pior que um celular digital comum, é bom desconfiar.

Uma vez o presidente da IBM, Thomas Watson, falou que o mercado teria capacidade de absorver apenas uns cinco computadores. Incrível, não?

CDMA. A tecnologia que vai estar aqui no futuro e que só a Global Telecom tem.

FischerAmérica



Tem **gente** que fala que a tecnologia **CDMA** da **Global Telecom** não é a **melhor** para você.

Tudo bem, um dia também **falaram** que **ninguém** iria precisar de **computador**.



AlôGLOBAL
0800 44 1000
www.globaltelecom.com.br

GLOBAL
TELECOM
Muito à frente. Sempre ao seu lado.

5º Congresso de Cimento

De 8 a 12 de novembro, em São Paulo, acontece o 5º Congresso Brasileiro de Cimento. O evento irá enfocar aspectos como a aplicação do cimento em seus produtos derivados, gestão ambiental e o mercado de cimento e de concreto, além de incrementar a participação internacional, tanto em termos de contribuição técnica como na forma de conferências sobre temas relevantes e atuais. Público alvo: produtores, fornecedores de máquinas, equipamentos e sistemas, pesquisadores universitários e de centros de tecnologia, de empresas de serviço de concretagem e do próprio consumidor. Informações: fones (5511) 3760-5405/5404 - fax (5511) 3760-5400.

E-mail: congresso@abcp.org.br

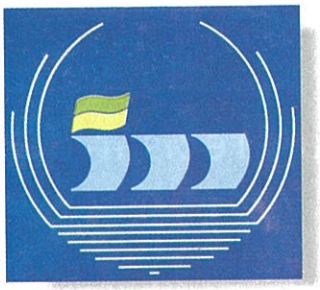


8ª COBES

De 21 a 26 de agosto de 2000, acontecerá o oitavo Congresso Brasileiro de Engenharia de Segurança. Serão realizados na cidade de São Paulo o V CLAEST e o oitavo COBES, organizados respectivamente pela ALAEST-Associação Latino-Americana de Engenharia de Segurança do Trabalho e pela SOBES- Sociedade Brasileira de Engenharia de Segurança .Estes eventos, consagrados como os de maior representatividade técnica na América Latina, visam, fundamentalmente, estabelecer os rumos para o desenvolvimento da engenharia de segurança, dedicada à proteção do trabalhador.

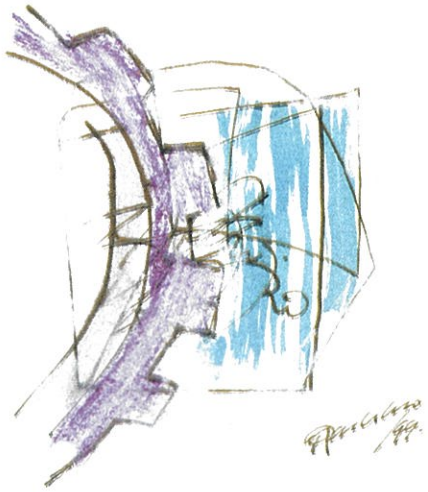
XV Seminário de Produção

XV SNPTEE (Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica). O concurso destina-se a selecionar e premiar os informes técnicos (IT) que mais se destacarem em cada seminário, considerando o conteúdo técnico, a contribuição para o Setor Elétrico Nacional, o que demonstra a preocupação com o futuro e o interesse dos seus profissionais em contribuir para o processo da reforma do Setor, com base em experiências adquiridas em anos de trabalho. De 17 a 22 de Outubro, em Foz do Iguaçu-PR. Mais informações: fones (045) 520-3526 - fax: 520-3237 E-mail: xvsnptee@itaipu.gov.br



Concurso 500 anos

Os conselhos Federal e regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia promovem "Concurso Público Nacional de Fotografias, Frases e Monografias". Para comemorar o aniversário dos 500 anos do Brasil e a atuação dos profissionais durante esse período serão distribuídos 27 prêmios para os melhores trabalhos. O primeiro colocado levará R$ 20 mil. Os temas estão centrados nas áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Inscrições e entrega dos trabalhos até 31 de agosto de 1999.. Mais informações pelo telefone 350-6700.



CREAs/NE

Nos dias 22, 23 e 24 de julho, durante o II CREA/NE, em Recife (PE) , será realizado o I encontro de assessores de comunicação dos CREAs da região nordeste- I ASCOM/NE.O evento tem o objetivo de discutir importantes temáticas relacionadas à estrutura das Assessorias de Comunicação dos CREAs e melhores formas de divulgação do Sistema.

Telefone: (086) 221-9292/986-6214.

21º Congresso de Agronomia

De 17 a 20 de agosto, no Centro de Convenções- Palácio Popular da Cultura, em Campo Grande/MS; acontecerá o 21º Congresso Brasileiro de Agronomia. Os principais temas a serem levantados no evento serão a polêmica em torno da Biotecnologia, seus efeitos para a saúde humana e a inovação das variedades transgênicas, além da questão da água, colocando em evidência o "Engenheiro Agrônomo no Terceiro Milênio". Público alvo: agrônomos, pesquisadores, estudantes e produtores. Paralelamente ao Congresso será realizada a Expo, que trará novidades em tecnologias agrícolas, serviços e produtos, com a presença de várias empresas expositoras no saguão do Palácio da Cultura. Informações e inscrições, fone/fax: (067) 721-0090 ou pelo E-mail: convex@vip2000.net

Mudanças nas Regionais

Medianeira conta com Inspetoria funcionando junto à associação local de engenheiros desde 23 de junho, ligada à Coordenadoria Regional de Cascavel. Ganham os profissionais da cidade, que não precisarão se deslocar até Foz do Iguaçu – cerca de 100 km – Inspetoria à qual pertenceu antes Medianeira. E a região de Ibaiti, antes ligada à Regional de Londrina, pertence agora à Coordenaria Regional de Ponta Grossa.

A readequação das coordenadorias faz parte da modernização introduzida pelo CREA-PR para facilitar a vida dos profissionais, oferecendo-lhes atenção mais próximo de sua área de atuação. Para a Inspetoria de Medianeira, por exemplo, foi deslocado um funcionário da Inspetoria de Foz do Iguaçu, com domínio do serviço. Essas medidas têm como objetivo elevar qualitativamente a fiscalização, propiciando um melhor atendimento em todo o Paraná. No total, agora, são seis Regionais, 33 Inspetorias e dois postos avançados oferecendo cobertura ao estado todo.

Eleição no Senge

A eleição de 26 a 28 de maio no Senge (Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná) reconduziu à presidência o engenheiro agrônomo Carlos Roberto Bittencourt e renovou em 35% a diretoria (em relação à anterior) para a gestão do próximo triênio, até junho de 2002. Votaram na chapa única 43% dos profissionais habilitados a participar do pleito, nas 9 urnas - a da capital e 8 nas regionais. Bittencourt adiantou que o Senge PR manterá a linha de participação ativa nas negociações para as convenções e acordos coletivos da categoria. E continuará lutando contra a privatização daqueles setores considerados estratégicos ao país, como energia, saneamento e combustíveis.



Homenagem do CREA-Pr

No último dia 11 de junho, o CREA-PR prestou homenagem aos funcionários que completaram 10,15 e 25 anos de serviços ao Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia.

SEJA TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

- Não precisa freqüentar aulas (Você estuda em casa).
- No ato da matrícula, recebe o material didático.
- É obrigatório estágio supervisionado.
- A autorização do Colégio Pinheiros p/ ministrá-lo foi publicada, em 02/02/96 também no Diário Oficial do E. de SP e Del. C.E.E. 1/98.

R$170,00 mensais
* Não incluso taxa matrícula.
À vista R$ 850,00*

Diploma reconhecido pela Secretaria de Educação/ SP - válido em todo território nacional.

COLÉGIO PINHEIROS

CURITIBA: Rua Mariano Torres, 529 - Conj.04 - (041) 362-6444

BLAZER

NOVA LINHA DE CAMINHÕES COMPACTOS SCANIA
QUALQUER TRABALHO FICA LEVE QUANDO OS CAMINHÕES TÊM O PESO DESTE NOME

CAMINHÕES ROBUSTOS PARA DURAS TAREFAS

AGILIDADE E RAPIDEZ PARA QUALQUER SERVIÇO



Em conformidade com o Proconve

SCANIA CLASSE D

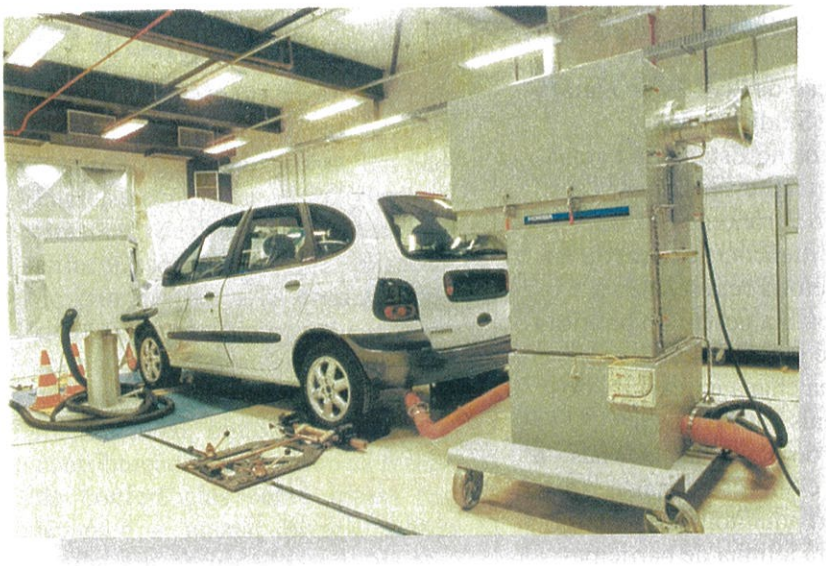
Um Scania é garantia de produtividade e bons negócios. Venha até a Cotrasa, e confira as condições especiais de pagamento. Consórcio em até 100 meses. Financiamento em até 60 meses. Esperamos por você.

SCANIA Cotrasa



SCANIA CLASSE C

•Curitiba (041) 362-1515/346-0202 •Ponta Grossa (042) 227-4141 •Cascavel (045) 225-6011 •Pato Branco (046) 225-2598 •Guarapuava (042) 724-2188



BOM AR

Laboratório de avaliação de gases automotivos do Paraná é considerado centro de excelência

Curitiba abriga o mais moderno laboratório da América Latina para avaliação da qualidade de emissões gasosas geradas por veículos automotivos, pesquisa e desenvolvimento de motores de combustão e avaliação de componentes automotivos. O LEME - Laboratório de Emissão, dará suporte tecnológico às montadoras que se instalaram no Paraná. É um complexo de alta qualidade em ensaios, que funcionará como pólo de atração para novas indústrias automotivas no Paraná. E ainda: oferecerá apoio a programas de preservação ambiental, em parceria com institutos e secretarias do setor.

O LEME contará com 5.050 m2 de área construída na região de expansão do Centro Politécnico da UFPR, do outro lado da BR-116, próximo ao Jardim Botânico. O investimento é de US$ 10 milhões, com recursos do Finep, órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O LEME agrega a experiência em qualidade do LacTec - Instituto Tecnológico do Laboratório Central de Pesquisa e Desenvolvimento, entidade privada integrada pela Copel, UFPR, Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Instituto de Engenharia do Paraná e Associação Comercial do Paraná.

Laudos isentos. Sofisticados equipamentos importados dos EUA, Áustria e Japão auxiliam nos ensaios em motores e veículos em salas especiais. Um dinamômetro de rolo simula as condições de uma pista, como se o carro estivesse em velocidade. Devido à enorme quantidade de dados testados, a comunicação com a bancada de análise de gases é feita por fibra ótica. Poderosas workstations fazem amostragem e medição de quatro ou cinco gases diferentes. O monitoramento é simultâneo, na Casa de Controle, equipada com várias workstations.

O LEME está se adequando à Norma Brasileira n.º 6.601, editada em 1995 pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas),



quanto às exigências e metodologias para a determinação de hidrocarbonetos (HC), monóxido de carbono (CO), óxido de nitrogênio (NO) e dióxido de carbono (CO2) emitidos pelo motor, através do tubo de descarga de veículos automotores leves, sob condições simuladas de uso normal médio em trânsito urbano. Resumindo, a bateria de ensaios é regulada por essa norma. "O LEME é um instituto independente. Essa condição lhe permite emitir laudos absolutamente isentos", adianta o engenheiro Renato Penteado, gerente do instituto.

A principal clientela do LEME são as montadoras, tanto as da Grande Curitiba como as do Mercosul. Os fornecedores de autopeças para o setor automotivo formam outro grupo. Outro segmento é o de importadores de veículos. Pelas exigências internacionais, carros importados são obrigados a passar por homologação em laboratório habilitado, no país de origem ou no Brasil. No próximo ano, o LEME estará preparado para cumprir o processo de homologação de veículos importados, colocando a capital paranaense em pé de igualdade com os grandes centros do mundo.

Devido ao alto nível de automação, o laboratório terá um quadro de pessoal enxuto - em torno de cinco profissionais, entre engenheiros, todos com mestrado, e técnicos altamente especializados. Concretiza-se, assim, um arrojado projeto datado de maio de 1997, que, por sua concepção, vem projetando o LEME como centro de excelência na América Latina. Aliás, não é à toa que o instituto recebe uma média de seis visitas por semana, que usam diversos idiomas, principalmente inglês, francês, espanhol e português. O LEME é a resposta do Paraná aos novos tempos de competitividade e globalização.

ATIVIDADES



Ensaios de emissões geradas por automóveis (níveis de poluentes gasosos, como monóxido de carbono, hidrocarbonetos e particulados).



Avaliação de desempenho de motores (potência, consumo de combustíveis, consumo de lubrificantes).



Verificação de desempenho de componentes (catalisadores, injeção eletrônica, anéis, escapamentos).

Desenvolvimento de motores e adequação às condições de clima e estradas brasileiras.



Avaliação de desempenho de combustíveis alternativos (biodiesel, álcool aditivado).

Qualificação de estudantes da UFPR em graduação e pós-graduação; ofertas de estágios e desenvolvimento de teses de mestrado e doutorado.



Formação de pessoal para pesquisa de desempenho de combustível, em convênio com a BR (empresa da Petrobras).



Imóvel de qualidade

Como adquirir imóvel de boa qualidade? Veja algumas dicas.

Você está pensando em adquirir um imóvel? O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná (CREA/PR) está elaborando uma Cartilha do Comprador e Usuário de Imóveis com as principais precauções e recomendações na hora da aquisição de um imóvel. A idoneidade da empresa construtora e os cuidados com as edificações são itens importantes para se evitar transtornos futuros.

O gerente operacional do CREA /PR, o arquiteto Ricardo Lima Torres, recomenda ao comprador muita atenção. Verificar detalhes, checar os lugares de possíveis infiltrações, rachaduras e instalações elétricas.

O Conselho Regional faz algumas recomendações para que o comprador tenha a segurança de estar adquirindo um produto de boa qualidade: material empregado, acabamentos e a presença de profissionais habilitados como responsáveis técnicos da empresa pelo empreendimento são itens fundamentais. Na hora de adquirir um imóvel, verifique a situação da construtora, e se possível, levante informações com clientes que já efetuaram negócios com a mesma empresa. Guarde bem o nome dos projetistas e executores da obra e certifique se eles efetuaram a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Consulte o CREA sobre os profissionais e as empresas para ter a certeza de que eles estão habilitados. Analise se a propaganda veiculada pela empresa está de acordo com a realidade da obra.

O CREA paranaense está em negociações para viabilizar a aprovação de uma lei estadual, para que seja feita vistoria periódica em imóveis e em obras de arte n Construção Civil. Estas vistoria ocorreriam considerando a idad dos imóveis, tornando-se ma criteriosas com o passar dos anos.

E último caso, compradore lesados podem recorrer à lei n 8078/90 do Código de Defesa d Consumidor. O recurso deve se acionado para fazer valer os direito de quem se sentir prejudicado pel má qualidade dos imóveis e d prestação de serviços. A garantia d serviço é a ART, devidament registrada no CREA /PR.

LANÇAMENTOS em Curitiba	IMOBILIÁRIOS Números em unidades residenciais e comerciais
Em 1994	12.791
Em 1995	5.032
Em 1996	2.712
Em 1997	2.464
Em 1998	1.594

** fonte: Sinduscon/PR*

- Call-Center - 0800-41006

TELEFONES DO CREA-PR E DAS REGIONAIS
Crea/PR - (041) 350-6700
Regional Curitiba - (041) 350-6700
Regional Cascavel - (045) 225-8188
Regional Londrina - (043) 330-4044
Regional Maringá - (044) 226-4549
Regional Pato Branco - (046) 225-6436
Regional Ponta Grossa - (042) 222-284



O COS(Centro de Operações do Sistema Copel) passou no batismo de fogo. Em meia-hora, restaurou 100% da energia elétrica no PR na noite do blecaute

Por Silvestre Duarte

Os telefones não paravam de tocar no Centro de Operações do Sistema Copel (COS) em Curitiba. Era a noite de 11/03/99, a do inesquecível blecaute que deixou as regiões Sul e Sudeste no escuro. Ao contrário de outras capitais, onde o apagão se prolongaria por horas, causando sérios problemas, em Curitiba a luz começou a voltar em 4 minutos e, em 30, o sistema estava totalmente restabelecido. O COS, com seu novo equipamento de supervisão e controle de avançada tecnologia, rastreou as falhas e coordenou a restauração. E passou pelo batismo de fogo. Antes mesmo de ser inaugurado, o novo serviço da Copel virou notícia nacional.

Milagre da luz? Não! Foi o resultado de ações rápidas e sincronizadas de profissionais do interior e da capital muito bem coordenadas pelo COS. "Agimos rápido, agimos bem. E levamos um pouco de sorte", recorda a engenheira Christina Courtouke , gerente do COS. A perturbação foi tão forte e as variações elétricas tão grandes, que começaram a desarmar o sistema Cesp em cascata. Depois, saiu o tronco associado à usina Itaipu, e o sistema Sul/Sudeste sofreu o colapso. O blecaute foi total no Sudeste: S. Paulo, 90%; Rio de Janeiro cerca de 80%; e Espírito Santo, 100%.

O Paraná, no momento mais grave, teve interrupção de 50% da carga de consumo. Não saíram de operação as usinas Governador Parigot de Souza, Governador Bento Munhoz e Segredo, da Copel. E Salto Osório e Passo Fundo (Gerasul) também permaneceram ligadas. Salto Caxias, inaugurada em março, saiu, mas voltou rápido. Assim, formaram-se "ilhas" no estado - o "pouco de sorte" citado pela engenheira. Com o auxílio dessas usinas, que permaneceram sincronizadas, urgia restaurar os 50% de energia interrompida. Uma operação de guerra, que necessitou muito sangue frio, rapidez e precisão dos atores.

Situações de emergência estão previstas no Plano de Restabelecimento do COS. Mas a daquela noite foi inusitada. As equipes em serviço nas subestações e usinas do interior trocaram informação por telefone com o COS. Os teleoperadores agiram rápido, restabelecendo os circuitos desarmados. A restauração deu-se em tempo diferente. "Não se podia religar toda a carga que saiu, sem um suporte de geração por trás. Era preciso controlar a geração disponível, e alimentar as cargas em patamares seguros". E assim aconteceu: enquanto no Sudeste o blecaute durou até 4 horas, no Paraná o sistema foi restaurado em 30 minutos.

Isso foi possível graças ao arsenal tecnológico do COS, que permite supervisionar e controlar em tempo real as subestações dos sistemas e a transmissão e a geração da Copel, bem como as suas maiores usinas. Unidades Terminais Remotas emitem sinais referentes a grandezas analógicas, como potência, corrente e tensão, que informam em segundos o estado dos equipamentos, se estão abertos ou fechados.

No COS, processadores especiais convertem os dados digitais em valores numéricos, atualizando os diagramas e mostrando aos operadores do sistema sua situação real. Tem-se nas telas, assim, mapeado o sistema energético do estado, permitindo monitorá-lo, cruzar informações e manter o equilíbrio entre a geração e a carga de consumo. Pode-se ver o pico de consumo e as baixas. A varredura acontece tanto no Painel Mímico, de maior visualização, como nos monitores. Nestes, graças à ótima interface do sistema, com alguns cliques é possível navegar e acessar uma porção de informações em rede e em tempo real.

É ingrato o trabalho em um Centro de Operações do Sistema. Se tudo vai bem, ninguém dá valor; se acontece alguma coisa, é preciso resposta rápida... É verdade! Mas a experiência daquela noite, apesar de desagradável, trouxe grande riqueza de dados e serviu para reciclar as equipes. Aliás, um painel de debate reuniu as equipes de operação de subestações e de usinas. A maioria dos operadores que participou estava em serviço na noite do blecaute. E muitos deram relatos vivos. "Aprendemos muito com o episódio", avalia otimista Christina.

Soja sem veneno



Paraná conquista o mercado internacional

A soja sem adubos químicos e qualquer tipo de inseticidas, produzida por produtores paranaenses, conquista o mercado internacional. O produto começou a ser exportado para Europa, Estados Unidos e Japão a valores bem acima do mercado da soja convencional, garantindo aos agricultores rentabilidade de 30% a mais - saca de 60 quilos - em relação à soja plantada em grande escala.

Rogério Konzen, pequeno produtor da região Metropolitana de Curitiba e pioneiro no cultivo da soja sem veneno, acredita que a soja natural pode viabilizar a agricultura de pequenos e médios produtores do Estado. Pensando no mercado promissor, Konzen constituiu a empresa Terra Preservada com o objetivo de incrementar o negócio e trabalhar com uma variedade maior de produtos orgânicos, visando buscar o mercado que pague "preços mais altos", apostando na qualidade dos produtos e na saúde da população consumidora. Prevendo uma colheita de 10 mil toneladas de soja orgânica na safra 1999/2000, Konzen festeja o crescimento da empresa motivada pela forma cooperada entre os produtores rurais: "Fazemos um contrato entre a empresa e o agricultor, onde o produtor vende toda a sua colheita e a empresa fornece treinamento sobre os cuidados com a terra para a plantação orgânica. Além da distribuição dos insumos (adubos biológicos), certificação, seis consultores para assistência técnica e acompanhamento de todo o processo", explica Konzen.

O certo é que a soja vem se destacando cada vez mais como alimento, por ser mais saudável e de multiuso na preparação de várias comidas. Os europeus sabem muito bem disso, principalmente depois do caso da vaca louca. A discussão sobre a atividade agrícola acirrou os animos dos consumidores e cientistas na busca por uma alimentação mais sadia. "O cereal tem grande valor protéico e já mostrou alguns benefícios. Segundo estudos, a soja tem tido resultados positivos no tratamento de doenças, como o câncer de mama e de próstata", afirma Konzen.

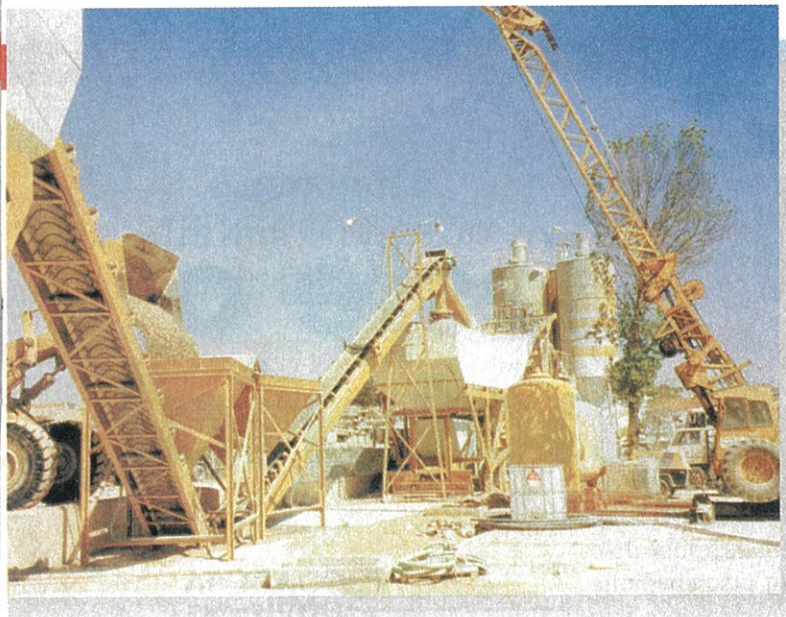
Na equipe da empresa trabalham 20 funcionários e este número chega a dobrar na época da colheita. Somados, os agricultores têm uma área de quatro mil hectares para o cultivo de alimentos orgânicos. Entre eles: arroz, feijão, açúcar mascavo, trigo e soja. Atualmente, são 550 agricultores trabalhando em cooperação com a empresa, dos quais 495 plantam soja. A maior concentração de soja está na região do Sudoeste do Estado e também pode ser encontrada na região Norte e Centro Sul. Toda a produção é levada para os armazéns em Capanema e Planalto onde são classificados e embalados para exportação. Na última safra (colheita de abril e maio/99), foram colhidas 5 mil toneladas de soja orgânica, das quais o agricultor recebeu de 4 a 6 reais a mais por saca de 60 quilos.



No Paraná, a saca de 60 quilos da soja convencional é vendida pelos agricultores a R$ 15,00. Já a soja orgânica é comercializada, em média, por R$ 20,00.

VANTAGENS DA SOJA ORGÂNICA

- Produto é mais saudável, não possui aditivos químicos.
- Reduz a contaminação ambiental do solo e das fontes de água
- Evita intoxicação de agricultores por produtos químicos.
- O custo de produção equivale ao da cultura convencional.



Pé no concreto

Paraná já trabalha com tecnologia do pavimento rígido para estradas

Nos próximos anos, as rodovias brasileiras de maior tráfego poderão contar com um sistema de pavimentação de custo competitivo, durabilidade até cinco vezes maior que a do asfalto e que oferece maior segurança aos usuários. O concreto, empregado largamente nos principais países do mundo, mas praticamente desconhecido na engenharia rodoviária brasileira. Romper a barreira da desinformação e oferecer a tecnologia do pavimento rígido às empreiteiras, concessionárias e órgãos governamentais (DNER e DERs), é o desafio assumido pela Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP).

"O sistema rodoviário brasileiro é baseado no modelo do pavimento flexível, de origem americana", lamenta o engenheiro civil Carlos Roberto Giublin, do Escritório Regional Sul da ABCP. "Os EUA trouxeram o asfalto para pavimentar nossas rodovias." Em razão dessa dependência do asfalto, as poucas obras em pavimento rígido executadas nas últimas décadas, em situações em que o concreto era realmente a única opção viável, utilizaram tecnologia artesanal, do início do século. "É por isso que quando se fala em concreto como opção ao asfalto, as pessoas comparam 'laranjas' com 'bananas': o pavimento flexível de hoje com o pavimento rígido de décadas atrás", diz o engenheiro.

Para comparar laranjas com laranjas, a ABCP investiu cerca de US$ 700 mil para trazer ao Brasil uma pavimentadora alemã Wirtgen Slip Form SP500. Outros US$ 300 mil foram aplicados na compra de uma usina de concreto Arcmov80, do fabricante português Arcen. Os equipamentos estão disponíveis para locação a construtoras, empreiteiras e empresas privadas dos três estados do Sul. A SP500 é capaz de executar mais de um quilômetro por dia de pavimento em concreto, com larguras entre dois e seis metros e espessura de até 40 centímetros. Quando a cultura do pavimento rígido estiver difundida no país, a ABCP pretende se desfazer dos equipamentos. "As próprias empreiteiras vão querer adquiri-los", aposta Roberto.

O concreto sempre teve um custo final inferior ao do asfalto, em razão da durabilidade. "Na Alemanha, havia estradas de concreto do tempo do Hitler em excelente estado, para os padrões brasileiros, sendo demolidas para terem o pavimento rígido refeito com as técnicas atuais", lembra o engenheiro. Por pelo menos vinte anos, o pavimento rígido não requer manutenção, possui resistência aos agentes químicos, é imune a óleos, graxas e combustíveis, que dissolvem o pavimento flexível e à abrasão, e oferece maior segurança aos usuários, uma vez que não tem buracos, deformações superficiais ou retenção de água na pista, evitando o risco de aquaplanagem. Mesmo em pista molhada, o concreto proporciona maior aderência nas frenagens.

Além de tornar o custo inicial competitivo, as novas tecnologias também eliminaram pequenos desconfortos, como os desníveis entre as placas e irregularidades nas superfícies, típicas da fase artesanal do pavimento rígido. Graças à maior área de distribuição de carga e, conseqüentemente, menor pressão sobre a fundação do pavimento, o concreto pode ser até mesmo usado sobre o asfalto já existente. Essa técnica, conhecida como "whitetopping", pode ser a solução para a restauração de rodovias de tráfego intenso.

Apesar de todas as vantagens, Roberto reconhece que o pavimento rígido não é a solução universal para todas as situações. "Para pavimentar uma rua de pouco tráfego na Barreirinha (bairro da Zona Norte da capital), eu escolheria o asfalto", diz. "O concreto é mais indicado para vias de tráfego pesado."



Teste o material

Antes que a casa desabe, o bom profissional exige material de qualidade

A qualidade e resistência dos materiais empregados na construção são fatores fundamentais para a segurança e durabilidade das edificações. Apesar disso, a maior parte dos materiais não é submetida a exames e, entre os que são testados, é alto o percentual de reprovação.

"Dos materiais convencionais (tijolo, areia, pedra, cal e cimento), o único que tem controle é o cimento", garante o engenheiro Renato Cláudio Keinert Júnior, diretor da Exame Tecnologia, uma das empresas paranaenses que possuem laboratórios para testes. "O que há no mercado não atende à norma."

Por falta de controle de qualidade, tanto na produção, como por parte dos órgãos governamentais, a pior situação ocorre no comércio varejista, prejudicando o chamado "consumidor formiguinha", responsável por grande parte do faturamento no setor. Os produtos vendidos em lojas de materiais de construção não possuem certificação ou padrão de qualidade.

As construtoras já começam a controlar seus fornecedores para garantir a qualidade dos materiais usados em suas obras. Os testes comparativos ou análises de desempenho são feitos por amostragem em laboratórios especializados, ligados a órgãos públicos, empresas privadas ou instituições de ensino. No Paraná, há pelo menos dez deles na capital e outros espalhados nos principais pólos regionais do interior Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu.

Na opinião de Renato Keinert, o uso de materiais de baixa qualidade prejudica a categoria profissional dos engenheiros. "O resultado fica aquém do que o profissional e o mercado esperam, e o engenheiro fica tachado de mau profissional ou incompetente, pois voltar à obra gera um custo adicional."

A norma NBR12655 determina que sejam feitos ensaios nos materiais de construção. "E, pelo Código de Defesa do Consumidor, o comprador do imóvel pode exigir que a norma seja cumprida", adverte o diretor da Exame Tecnologia. "Se a empresa não apresentar cópias dos testes feitos durante a obra, o comprador pode exigir a devolução do seu dinheiro." Segundo ele, o consumidor só não tem tomado essa atitude por falta de conhecimento.

Graves acidentes ocorridos em obras se devem a problemas com os materiais empregados. "No caso do Sérgio Naya (construtor do Edifício Palace 2, no Rio), a má qualidade do concreto permitiu a corrosão das ferragens, desestabilizando a estrutura do prédio", lembra Renato Keinert. "Os desabamentos de um viaduto sobre a Marginal, em São Paulo, e do Edifício Atlântico, em Guaratuba, também estão ligados a problemas com materiais."

Energia do Sol

Economize dinheiro usando energia solar

Você sabia que em Curitiba o sol aparece em média 4,2 horas por dia? E que mesmo assim é possível captar e utilizar essa energia em residências e comunidades. Embora a produção de energia elétrica a partir da energia solar já seja uma realidade, seu uso ainda é restrito. No Paraná, dezenas de residências já utilizam essa forma de captar energia. Ela não se tornou mais popular justamente porque os eletrodomésticos usam corrente alternada para funcionar, enquanto que a energia elétrica obtida pela conversão da energia solar é em corrente contínua.

O processo para obtenção de energia elétrica acontece a partir da incidência de raios solares sobre um painel de silício - chamado de painel fotovoltaico. Ao encontrar os painéis, os raios provocam a movimentação dos elétrons livres do silício. O fluxo de elétrons acabam gerando a energia elétrica em corrente contínua, que pode ser consumida imediatamente ou armazenada em baterias. Armazenada, pode alimentar lâmpadas, aparelhos de rádio, chuveiros, TVs, refrigeradores, aquecedores, bomba d'água e outros. Os painéis solares exigem pouca manutenção, pois não existem peças móveis. A troca mais comum é das baterias que tem, em média, uma vida útil de 3 a 4 anos. Os painéis têm placas metálicas que absorvem o calor do sol, e, por uma serpentina de tubos de cobre, a água é aquecida. Existem no mercado muitas empresas especializadas, que antes mesmo de qualquer investimento, fornece ao cliente projeto da viabilidade e custo do empreendimento.

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) vem realizando algumas obras utilizando a energia solar. Desde setembro de 1996, as comunidades isoladas que vivem da pesca artesanal (atividade econômica), no norte do litoral paranaense, estão utilizando os sistemas fotovoltaicos individuais, compostos por painéis e baterias. A energia é consumida na iluminação, no funcionamento de rádio ou televisão. A potência instalada foi de 22 kw, em 228 moradias para o atendimento de uma população de aproximadamente 800 pessoas, em 11 comunidades. O custo total do projeto foi de R$ 400 mil. O mesmo sistema vem sendo aplicado, desde dezembro de 1997, nas propriedades rurais localizadas longe da área urbana.

Segundo o engenheiro Claher Ganzert, a energia elétrica gerada pela luz do sol trouxe a possibilidade de desenvolvimento e uma melhor qualidade de vida aos pescadores. Também foi instalada uma central para a eletrificação de uma máquina de produção de gelo, localizada na Barra do Ararapira. "A máquina serve para conservação do pescado, aumentando assim a fonte de renda da comunidade pesqueira", afirma Ganzert. Ele cita ainda uma frase de um pescador da região, quando lhe foi perguntado se ele entendia aquele sistema que estava sendo instalado: "É um pedacinho do Sol que a gente guarda para usar à noite", respondeu o pescador. O sistema de energia solar é dimensionado de acordo com as necessidades e recursos de cada usuário, e podem ser utilizados em conjunto com geradores à diesel ou gasolina, fornecendo energia nas horas em que o gerador estiver desligado. "A energia solar é uma das formas de energia do futuro. E um dos motivos é a conscientização em se preservar o meio ambiente", esclarece engenheiro Wilson Tadeu Pizzatto. ■

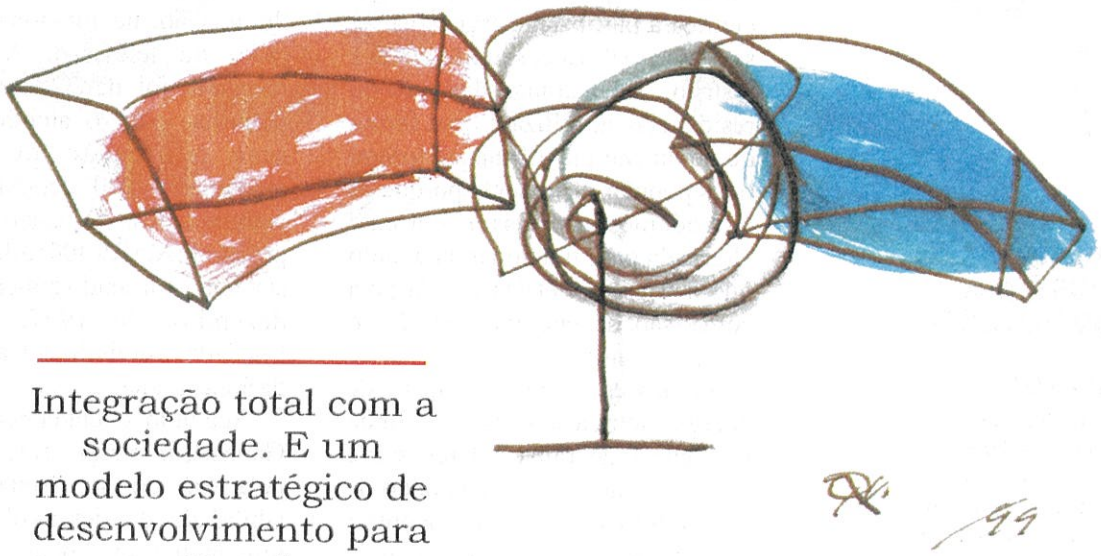
APLICAÇÕES DO SISTEMA FOTOVOLTAICO

- **Na Ilha do Mel**
  Na Ilha do Mel foram instalados 203 aquecedores solares de água e substituídas duas mil lâmpadas comuns de incandescência por lâmpadas fluorescentes do tipo compactas.

- **Farol da Marinha**
  A Copel, a pedido da Marinha do Brasil, instalou, no ano passado, um sistema solar fotovoltaico para a eletrificação do farol marítimo - localizado em uma ilha nas proximidades da praia de Caiobá.

- **Unilivre**
  A Universidade Livre do Meio Ambiente (Unilivre/Curitiba), teve também, no ano passado, a instalação de um poste de iluminação pública utilizando o sol como fonte de energia. O objetivo é demonstrar a utilização desta forma limpa e renovável de energia para os visitantes do parque.

Avanços do III CNP



Integração total com a sociedade. E um modelo estratégico de desenvolvimento para o Brasil.

A postura de estreitar o relacionamento com a sociedade, buscando integrar-se com todos os setores, já praticada pelo CREA-PR desde a posse da atual diretoria, tornou-se uma orientação geral para os 764 mil profissionais da área tecnológica do país, filiados ao sistema Confea/CREAs.

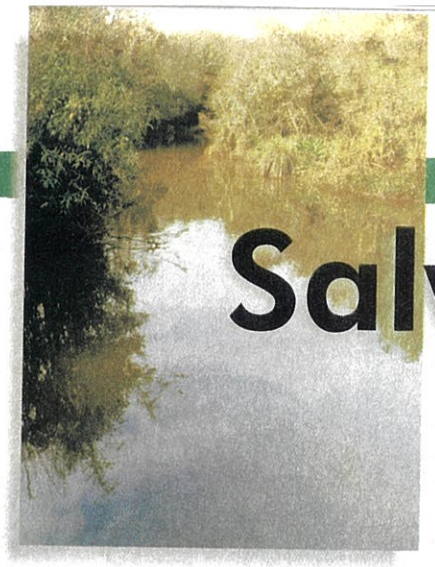
Ao mostrar exemplos como as Ações de Fiscalização Integradas, o Paraná deu uma grande contribuição ao III CNP (Congresso Nacional de Profissionais), realizado de 15 a 18 de maio em Natal (PE). O novo estatuto permite aproximar os profissionais da sociedade, na busca de soluções para problemas como transporte, habitação, saneamento, energia, educação e preservação ambiental.

"A grande missão dos Conselhos perante a sociedade foi o ponto alto do Congresso. E essa missão é em defesa da sociedade, da qual fazem parte os nossos profissionais", apontou o presidente do CREA-PR, engenheiro Ivo Gilberto Martins. "Assim é possível desenvolver um trabalho de valorização e de demonstração da importância dos engenheiros, arquitetos e agrônomos".

Outra modificação significativa é em relação aos congressos, que passaram a ser deliberativos. Até para a alteração de estatutos, a proposta é que a cada três anos sejam realizados congressos. "São avanços democráticos". A representação por estados dentro do Conselho Federal, assim como a representação de técnicos de 2º grau e tecnólogos, agora com direito de voz e voto nas reuniões plenárias – não só nos CREAs mas também no Conselho Federal – são conquistas significativas, na avaliação do engenheiro.

"Considero um grande avanço. Essas categorias estiveram sempre dentro do sistema, mas não tinham representatividade. No Paraná, os tecnólogos já participavam de plenárias, por exemplo, na Câmara de Engenharia Civil. Mas os técnicos de 2º grau ainda não, a legislação não permitia. Isso agora mudou".

Brasil planejado - O presidente do CREA-PR também reforça a posição do presidente do Confea, Henrique Luduvice, manifestada na Carta de Natal, que defende um modelo de desenvolvimento para o Brasil baseado em planejamento estratégico de longo prazo. As diretrizes devem ser implementadas independentemente de quem venha a governar o país, estados ou municípios. "É preciso agir com mais competência, para que não tenhamos obras pela metade. Se alguém não quiser dar seqüência porque não foi ele que começou, deve até ser responsabilizado", propõe o presidente do CREA-PR.



Salve o Açungui

Professor da UFPR quer criar Santuário Ecológico Nossa Senhora da Luz

Nunca é demais preservar nossos mananciais. O professor Jurimar Cavichiolo, do curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Paraná (UFPR), está propondo a criação do Santuário Ecológico Nossa Senhora da Luz, para a preservação da área de manancial futuro na bacia do Rio Açungui, a 50 quilômetros de Curitiba. O santuário seria também um referencial educativo para a atual e futuras gerações como fonte permanente de pesquisas ecológicas.

O professor demonstra em pesquisa a conveniência em se transportar os recursos hídricos da bacia do Açungui para a bacia do Rio Iguaçu, que atualmente é responsável por 50% do abastecimento de água tratada de Curitiba. Cavichiolo lembra que a implantação de novos sistemas de abastecimento exige atenções especiais, visto o crescimento demográfico das metrópoles com o fluxo migratório.

O projeto do professor demonstra que o Açungui teria capacidade de vazão de quinze mil litros por segundo e potencial para abastecer uma cidade de quatro milhões de habitantes. Atualmente, de acordo com o gerente da unidade de produção da Sanepar, Agenor Zarpelon, a Grande Curitiba é abastecida por quatro sistemas: do Iguaçu, que responde por 50% do total: do Tarumã/Iraí por 18%; do Passaúna por 30%, e do Aqüífero Karst por 2%.

Os problemas com racionamentos de água já não preocupam a Sanepar desde 1995 e a demanda atual está balanceada com a produção. Justamente aí que o projeto do professor Cavichiolo ganha força e apoio das entidades ambientalistas.

ABRANGÊNCIA DO PROJETO

O projeto de pesquisa, que tem como idéia básica a implantação do "Santuário Ecológico Nossa Senhora da Luz" na bacia hidrográfica do Rio Açungui da Região Metropolitana dos recursos hídricos destinados ao abastecimento de água à população da Região Metropolitana de Curitiba, abrange adicionalmente os estudos técnicos e econômico-financeiros, em nível de Relatório Preliminar das obras do "Sistema Açungui", onde são analisados os seguintes itens: hidrologia da região, desapropriações, vias de acesso, abastecimento de energia elétrica, barragem de regularização, captação e elevatória da água bruta, adutora de água bruta, localização e dimensionamento de boosters, estação de tratamento de água, reservatório e elevação de água tratada e adutora de água tratada.

CURSO EM CD-ROM
AutoCAD R14
O MELHOR MATERIAL DIDÁTICO JÁ DESENVOLVIDO PARA AUTOCAD R14.
- Aproximadamente 8 horas de vídeo com locução explicativa.
- Vídeos de até 16 minutos.
- Além de exemplos genéricos inclui mecânica, civil e arquitetura.
- Detalhamento das caixas de diálogo.
- Mais de 250 páginas de textos explicativos e ilustrados.
- Acesso rápido e fácil aos comandos, através de procura e índice.
- Apresentação dos comandos em sequência didática de aprendizado.
- Totalmente em português.
- Inclui também curso de atualização R13 - R14.
Economize dinheiro, por apenas R$ 49,00 + desp. postais você fará o curso em casa ou na empresa.
Enviamos para todo o Brasil
Somente R$ 49,00 + desp. postais
APRENDA AUTOCAD DE FORMA CORRETA E INTELIGENTE
Cursos AutoCAD 2D e 3D Completos
Para iniciantes e usuários experientes
Ensina desde a criação de pequenos detalhes até a geração de imagens fotorrealísticas e utilização de recursos para internet.
RENDER Multimídia ltda
Televendas fone: 047 422-9459
041 336-1666
e-mail: vendas@render.com.br
www.render.com.br
Próximos Lançamentos
3D Studio MAX
Mechanical Desktop

Vende-

Em nenhum país do mundo se privatizou tanto nos últimos dois anos como no Brasil. O governo federal retirou o Estado da economia e hoje o seu único gasto direto é com ensino superior e pesquisa científica. E também nessas áreas ele está cortando de maneira brutal. Algumas privatizações foram muito conturbadas, com protestos, indefinição sobre o preço das estatais a serem vendidas, grampos e muitas demissões, engordando os números do desemprego. A divulgação pela imprensa de fitas gravadas com conversas de participantes de consórcios compradores de estatais com autoridades responsáveis pela privatização provocou a queda do ministro das Telecomunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e o envolvimento do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso, acusados de interferirem diretamente no processo.

As primeiras privatizações não tinham relação com o dia-a-dia do brasileiro. Mas a partir do ano passado, as coisas mudaram. Empresas de telefonia, energia e estradas começaram a ser administradas pelo capital privado. Muitas vezes sem o devido cuidado. Isso aconteceu no Rio, com a Light. A empresa estava sucateada. O contrato de concessão não foi suficiente para exigir dos novos donos bons padrões de qualidade. Faltou luz, e o programa de privatização saiu arranhado. Reclamações pipocam em várias áreas privatizadas: telefones, pedágios, energia elétrica. Os preços, em vez de diminuírem, estão aumentando, e o governo concedeu no início de junho um novo aumento para os serviços de telefonia e de energia elétrica, bem acima dos índices da inflação.

Após os percalços iniciais, o governo criou agências reguladoras, como a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e a ANP (Agência Nacional do Petróleo), para fiscalizar os serviços privatizados. O próprio governo reconhece que elas ainda estão aprendendo e que há pouca gente para ver se as empresas que adquiriram as estatais estão cum-





-se

Mesmo com muita turbulência, empresas públicas estão sendo arrematadas pelo setor privado.



prindo os compromissos. Nos Estados Unidos, há no mínimo 600 técnicos de alta qualificação em cada setor para fiscalizar as empresas de serviço público daquele país.

Um descuido total. "O governo fixou uma meta de determinado prazo para fazer a privatização, tão exíguo como não foi em nenhum país do mundo. Foi uma coisa precipitada e desorganizada. Não havia uma base, uma estrutura. Não se preparou o terreno com calma. Nem isso foi feito com competência. Os acordos internacionais e a urgência de integrar-se ao mercado internacional, na idéia da globalização, forçaram uma rapidez tão grande que houve um descuido total", observa o professor Aldair Rizzi, do curso de pós-graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná.

Segundo o professor, "muitos leilões foram adiados. O período de tempo foi muito curto, e não há pessoas preparadas. Mesmo que se quisesse privatizar em cinco anos, é impossível fazer uma mudança tão rápida como estava se prevendo sem uma estrutura mínima de pessoas qualificadas, com regras claras, uma legislação transparente, um entendimento com os bancos para financiá-las."

"Tomou-se a decisão de privatizar, fez-se um estudo dos valores, sempre duvidosos. A estimativa de preço de cada empresa nunca batia, com preços absurdos. Em outro momento, comparado a outras estimativas, o preço era extremamente inferior. Não havia nada que desse segurança de que as coisas estavam sendo bem feitas. Quantas empresas foram adquiridas por preço abaixo do mercado, com justificativas que não convenceram? Por que o seu preço baixou tanto? Faz parte do atabalhoamento, da pressa de entrar no regime de mercado livre, de privatizar tudo." Como nota o professor Aldair, as privatizações foram feitas como uma meta de governo, com pressões para atingir os objetivos que deviam ser cumpridos, de forma bastante atabalhoada.

Prato de lentilhas

Por Roberto Requião

Os que defendem as privatizações costumam dizer que elas são inevitáveis, que se trata de uma "tendência mundial" e que não adianta se opor à onda. Besteira. Coisa de provinciano deslumbrado. Há de fato uma tendência mundial a privatizações, só que uma tendência restrita ao Terceiro Mundo, aos ditos países em desenvolvimento ou emergentes. Uma tendência feita pelo grande capital internacional, de olho gordo nos ativos dos países mais pobres. E nós cá, em um país de tantas carências e que construiu um patrimônio público com tantos sacrifícios queimamos esse patrimônio e justificamos esse crime dizendo sandices como "trata-se de uma tendência mundial".

As empresas públicas paranaenses estão sendo liquidadas uma a uma, em um mega leilão. Na verdade, não se trata de um processo de privatização. O que está havendo no Paraná não tem nada a ver com o que pregam os neoliberais sobre os limites do Estado, o tal do Estado mínimo. Não, não é nada disso. Aqui, o que estamos vendo é pura e simplesmente a liquidação do patrimônio público, como se fosse ele uma mercadoria perecível, com prazo de validade prestes a expirar, coisa do tipo de bananas já passadas do ponto que se ofertam em fins de feira.

E que empresas o Governo do Paraná está vendendo? Duas das mais eficientes empresas públicas do Brasil: a Sanepar e a Copel. Ambas são consideradas hoje como referências nacionais e internacionais para as áreas de saneamento e energia. A Sanepar, por exemplo, recebe técnicos dos mais diversos países, que nos visitam por intermédio de conselho de organismos internacionais como o Banco Mundial, que considera a nossa empresa como modelo a ser seguido.

Da mesma forma a Copel é uma referência internacional na área de construção de hidrelétricas e de geração de energia. Usinas como as de Segredo, Foz do Areia e Caxias são hoje modelos para qualquer país do mundo que queira construir hidrelétricas. Mas ainda, na Usina de Segredo, por exemplo, fixamos também parâmetros nacionais de custos na construção de hidrelétricas. Segredo constitui um verdadeiro dique no superfaturamento de obras do gênero. Basta lembrar que, enquanto Segredo custou cerca de R$ 1 bilhão, a hidrelétrica de Xingó saiu por mais de US$ 5 bilhões.

Meu Deus! Um patrimônio construído com tanto sacrifício e de que tanto nos orgulhamos, sendo liquidado a preço de ocasião.

Quanto à privatização da Sanepar, gostaria de lembrar aqui o que aconteceu com as privatizações de empresas de água e esgoto mundo à fora, especialmente nos ditos países em desenvolvimento. Tornadas privadas, essas empresas elevaram substancialmentes suas tarifas , eliminaram toda e qualquer tarifa social e passaram a suspender o fornecimento por atraso de pagamento. Temos então exemplos como o da Argentina, onde doenças, por falta de saneamento, de água e esgoto tratados, ressurgiram, depois de décadas sob controle. A propósito, será que existe uma relação entre o aparecimento da cólera em Paranaguá e a privatização do saneamento naquela cidade?

Já quanto à privatização da Copel, eu pergunto o que seria do fantástico programa de eletrificação rural que empreendemos no Paraná se a empresa fosse privatizada e só se preocupasse com os lucros. E o que seria também da periferia pobre das nossas grandes cidades para onde levamos a energia elétrica a custo zero, cobrando uma tarifa simbólica?

A água, esgoto tratado e energia significam mais saúde, mais progresso. Quem só pensa no lucro, farto e fácil, jamais levará isso em consideração.

Quanto à energia elétrica, acrescento duas informações. Primeira, um dos maiores compradores de usinas em processo de privatização aqui na América Latina é a Electricité de France, a tão conhecida EDF, poderosa estatal francesa de energia, nossa sócia na Light. Pois é, enquanto nos desfazemos de nossas estatais, porque ter estatais é ser atrasado, jurássico e coisas tais, está aí uma estatal fancesa engolindo as nossas estatais, acumulando nisso lucros fantásticos. Segunda, a maioria das hidrelétricas americanas são estatais.

Concluindo, nada mais atrasado, provinciano e criminoso que o processo de privatização por que passam as empresas paranaenses. Ainda é tempo de reagirmos e evitarmos a dilapidação de nosso patrimônio. Por um frio insosso prato de lentilhas estamos renunciando ao privilégio de termos duas das mais rentáveis e avançadas empresas do País. ■



Roberto Requião, advogado e jornalista, é senador pelo Paraná.



À brasileira

Por Álvaro Dias

Não resta dúvida de que o processo de privatização de empresas estatais é irreversível, não apenas no Brasil, mas na maioria dos países.

A necessidade da privatização das estatais deve ser vista sob a ótica das novas funções do Estado moderno. Sem precisarmos incorrer nos excessos (e nas iniqüidades) da visão neoliberal, podemos tranqüilamente afirmar que não existe mais espaço para um Estado onipresente, preenchendo cada espaço livre da vida política da nação. No caso do Brasil, o Estado, especialmente a partir da década de 30, foi elemento determinante para o desenvolvimento e o progresso. As políticas getulistas permitiram que o país, ainda carente de empresas fortemente capitalizadas, pudesse modernizar-se, industrializar-se e assumir um lugar de destaque no mundo. Foram as empresas estatais, cujo símbolo maior é a Petrobrás, que permitiram ao Brasil ingressar, com firmeza, no conjunto daqueles países que escaparam da grande sina das antigas colônias: permanecer um país periférico. Petróleo, navegação, estradas, energia, aviação, comunicações, foram setores que, não fosse o investimento público, estariam infinitamente aquém das nossas necessidades de hoje. Portanto, não se trata - sem incorrer, não apenas em grave injustiça, mas fundamentalmente numa visão míope da História - de recriminar o passado, como se as iniciativas do Estado brasileiro tivessem "freado" o progresso. Ao contrário, se hoje o país pode abrir-se ao exterior e tornar-se um investimento viável para os capitais internacionais, é porque as políticas estatizantes das décadas de 30 a 70 permitiram a criação de uma infra-estrutura sólida e moderna.



No entanto, os tempos hoje são outros. O Estado é requerido para outras funções, devendo entregar a tarefa de investir ao capital privado. A privatização das grandes estatais deve atender a duas necessidades fundamentais: permitir que esses setores se beneficiem da agilidade própria da iniciativa privada e dotar o Tesouro dos recursos fundamentais para que o Estado atue, com firmeza e clareza, na correção dos desequilíbrios sociais que ferem nossa sociedade. O presidente Fernando H. Cardoso acelerou o progresso de privatização e desenvolveu uma agenda ambiciosa abrangendo telecomunicações, energia, bancos e petróleo, este último merecedor ainda de cuidadosa análise. Segundo o presidente, a mudança vai no sentido do Brasil trocar sua antiga face de "estado produtor" para a de um "estado regulador".

Nada de falsas expectativas, no entanto. A privatização das telecomunicações foi um sucesso, em termos de resultados obtidos. Não posso deixar de mencionar aqui a importância que teve, nesse processo, o falecido Ministro Sérgio Motta, que indicou as suas coordenadas fundamentais que, ainda que questionadas à época, mostraram-se as mais corretas. Por outro lado, as dificuldades que os consumidores vêm tendo com os serviços oferecidos pelos novos proprietários, como ocorre com a Telefônica, em São Paulo, alerta-nos para a necessidade de instrumentos mais aperfeiçoados para o seu acompanhamento. Defendo que o Congresso Nacional estabeleça mecanismos mais rígidos para o controle dos setores privatizados. Não há porque se entender que controles rigorosos, especialmente no sentido de garantir que os investimentos programados sejam realizados pontualmente, sejam uma "intromissão" do Estado na iniciativa privada. A Inglaterra, que realizou um programa de privatização dos mais amplos, ainda na era Tatcher, criou controles rigorosos, a ponto de acompanhar o cronograma de investimentos das empresas, que podem perdê-las caso não o cumpram. Na realidade, o fato de o Estado afastar-se da "produção", como afirma corretamente o Presidente, não significa que o Estado abra mão de seu dever precípuo de fiscalizar e de zelar pelo bem-estar dos cidadãos. Os interesses privados, especialmente naqueles setores que afetam a vida da nação como um todo, estarão sempre subordinados ao interesse público, cuja responsabilidade compete ao Estado.

Entendo, portanto, que cabe ao Congresso Nacional auxiliar o governo do Presidente Fernando H. Cardoso, criando não só mecanismos que facilitem a privatização dos setores altamente estatizados, mas igualmente estabeleçam critérios, normas e, principalmente, punições efetivas, a fim de resguardar a qualidade dos serviços prestados. Os sacrifícios que a nação realizou para criar uma infra-estrutura das mais modernas, ora entregue, corretamente, às mãos da iniciativa privada, não podem ser postos de lado em nome de uma pretensa "liberdade". As empresas privatizadas devem ser rigorosamente acompanhadas, e a qualidade dos seus serviços avaliada. Somente desta forma, ao lado dos benefícios que o Tesouro auferirá com a privatização, a população não será lesada em seu direito a serviços públicos, ainda que realizados por particulares, de qualidade. ■

Álvaro Dias é professor e senador pelo Paraná

Um país mais pobre

Sociedade perde patrimônio e no futuro pode "pagar o pato"

A privatização não pode ser vista isoladamente. Com ela estão vindo os cortes nos gastos de saúde e educação. Está sendo destruído tudo o que a sociedade construiu com muito sacrifício. Corta-se na educação e na saúde porque tem que haver dinheiro para aumentar o superávit primário para fazer frente ao déficit ocasionado pelos juros. Temos o exemplo da tragédia na saúde no Hospital de Clínicas, um hospital de excelência acadêmica, praticamente sem recursos, agora mais limitado com a impossibilidade de faturar do SUS. O dinheiro que está sendo tirado da saúde e da educação está indo basicamente para fora, para cumprir os objetivos do FMI, ou seja, o pagamento de juros.

"O país está ficando mais pobre", diz o professor Aldair Rizzi, da Universidade Federal do Paraná, que nos últimos anos vem estudando a questão das privatizações no mundo e no Brasil. Para ele, "a sociedade está fazendo um sacrifício muito grande, está criando riquezas que estão sendo escoadas para o exterior para fazer frente ao pagamento de juros que chegam hoje a 70 bilhões de dólares. Esta é a grande verdade da economia brasileira atual."

"O discurso da globalização, da integração nos mercados mundiais é contraditório, pois elas só podem ser feitas se houver desenvolvimento tecnológico. Não precisamos chegar a um alto nível tecnológico em todos os setores, pois não temos recursos para isso. Mas é preciso haver prioridades, determinar os segmentos importantes. Há condições para uma política de incentivo ao desenvolvimento tecnológico da nossa indústria. Vários países já fizeram assim. Os próprios tigres asiáticos, quando adotaram políticas bastante restritivas, tiveram políticas de promoção da indústria nacional."

O professor Aldair Rizzi diz que hoje a pesquisa é feita na universidade pública. E ela está sendo cada vez mais sucateada, sem dinheiro.

"Aí há uma contradição. A qu essencial para o país é a questã universidade e da pesquisa universidade privada não pesquisa. A universidade pú responde por cerca de 90% pesquisas básicas e aplicadas país. Ela detém cerca de 40% alunos que estão na faixa un sitária, de 18 a 25 anos. Esse verso é hoje de 1 milhão e mei pessoas. O governo estabeleceu plano decenal de educação passar a três milhões."

"Não é a universidade púl que vai absorver esse pessoal, não há investimento de amplia São as universidades privada elas estão sendo financiadas governo. As linhas de crédito estão sendo abertas são para toda universidades. Mas a pública consegue se encaixar po não tem receita. E é um critérios que garanten financiamento. Todo financiamento do ensino p a ser feito por organis internacionais, pois o país tem dinheiro, por conta crise. E a orientação de organismos é a privatiza Além do processo de pr tização, o fato de que pessoal vai ser absorvido p universidades privadas é perigo. Vai continuar o at do país do ponto de v tecnológico, pois vão formados alunos apenas pa mercado de trabalho. Não se criar desenvolvimento pesquisa."

OPINIÃO — PRIVATIZAÇÃO



Nome: **Débora Moreira Garcia.**
Profissão: **Engenheira Civil.**
"Acredito que a iniciativa privada pode abrir novas áreas de trabalho, estimulando a concorrência , custos e preços."



Nome: **Luís Benedito Xavier da Silva.**
Profissão: **Engenheiro Florestal, Consultor, Paisagista e Ambientalista.**
"É necessária, se feita de forma correta, sem urgência, pois a pressa na aplicação deste processo acaba afetando acervos e memórias de certas empresas. Em tese a privatização é correta, pois ajuda que ocorra a longo prazo o "desinchaço" do estado, beneficiando a gerações futuras."



De mão beijada

Foi o presidente Fernando Collor de Mello quem começou a privatizar no Brasil. No seu governo, foi editada uma medida provisória que criou o PND (Plano Nacional de Desestatização) e foi feita uma lista de empresas que podiam ser transferidas para a iniciativa privada. Em seus dois anos de governo, Collor vendeu 18 empresas. Itamar Franco, que o sucedeu, privatizou outras 15. E Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato, transferiu perto de 50 empresas para a iniciativa privada. A maior privatização, que suscitou muitas polêmicas, foi a da Telebrás, que rendeu 22 bilhões de dólares.

"Todo o processo de privatização tem-se caracterizado, com raras exceções, como muito agressivo para a sociedade brasileira: a forma como é feito, as informações que são passadas, os grupos que passam a ter o domínio da informação, a transferência do dinheiro público de mão beijada para o setor privado. Então é fácil privatizar. Qualquer um que tem capital vai defender a idéia de que se deve privatizar. Todos os arranjos são feitos pelo Estado", observa o professor Aldair Rizzi, da Universidade Federal do Paraná.

As primeiras estatais privatizadas a apresentar problemas foram as de energia elétrica. A Light e a CERJ (Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro), no Rio, e a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), pouco depois de passarem para a iniciativa privada, aumentaram as tarifas e apresentaram queda na qualidade dos serviços. A Light chegou a pagar dividendos aos acionistas, em vez de converter seus lucros em investimentos, e só fez isso depois de receber uma multa de 2,016 milhões de reais da Aneel.

No setor de aços, privatizado a partir de 1991, dirigentes de montadoras de carros reclamam que os preços continuam insatisfatórios, bem acima dos níveis de competitividade internacional, e os prazos de pagamento encurtaram. No ano passado, as indústrias do aço tentaram aumentar os preços dos aços finos, mas o aumento foi cancelado pela Secretaria de Direito Econômico após recurso da Fiesp. Segundo o BNDES, o setor "ainda não opera de acordo com os padrões mundiais de largas escalas de operação".

No setor petroquímico, o grupo Odebrecht detém cerca de 60% da capacidade de produção de termoplásticos (matéria-prima para a indústria de plásticos), que é o filé mignon dessa área. Está ampliando o seu controle e foi acusado pelos concorrentes de manter a Petrobrás como refém, por causa da cláusula de consulta mútua para a participação em outros projetos no contrato firmado entre as duas empresas.

No setor de transportes, nenhum grupo que assumiu o controle de ex-estatais do setor ferroviário cumpriu as metas assumidas com o governo. Na área rodoviária, a principal crítica é que as concessionárias da iniciativa privada assumiram compromissos reduzidos em comparação com as altas taxas que estão cobrando com os pedágios, como ocorreu no Paraná.

No setor de telecomunicações, os problemas também não são poucos. A Americel, empresa privada que começou a operar com o celular em Brasília em dezembro de 1997, foi no ano passado uma das campeãs de reclamações no Procon do Distrito Federal. A maioria das reclamações se referia a interferências na linha e à ausência de sinal em regiões mais distantes. Em São Paulo, onde a Telesp e a BCP Telecomunicações estão oferecendo serviço telefônico, os preços de habilitação de linha baixaram, mas a qualidade dos serviços piorou. Queda na qualidade de serviço também está ocorrendo na Telepar do Paraná.

Histórico. A privatização surgiu no Reino Unido no final dos anos 70, para enfrentar a crise da economia mundial. "Essa crise estava se estabelecendo, primeiro, num padrão tecnológico que não tinha mais os efeitos dinâmicos do período de pós-guerra, baseado sobretudo na metal-mecânica e no fordismo. Depois, passou-se a usar o argumento de que a crise era também conseqüência da participação do Estado. Para manter o Estado de bem-estar, era necessária uma tributação muito alta. Começou a surgir o discurso de que o Estado devia retirar as amarras para o pleno funcionamento do capital", explica o professor Aldair.

"Os países começaram a acreditar que todas as alocações ótimas dos fatores econômicos passariam a ser dadas pela mão invisível do mercado. O Estado não teria mais o papel fundamental que teve no passado e passou a ser visto como empecilho para o crescimento da economia mundial. Os Estados Unidos, como país hegemônico, foram o país onde o discurso liberal foi mais forte, embora sejam os que mais adotem o protecionismo. Uma contradição", conforme as palavras do mestre em ciências econômicas.

DINHEIRO QUE ENTRA

De acordo com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), os Estados brasileiros arrecadaram perto de US$ 14 bilhões com a privatização no ano passado. Neste ano, se consideradas também as estatais estaduais, o valor total das privatizações brasileiras pode chegar a US$ 32,79 bilhões. Esse montante supera com folga em quatro vezes o PIB anual do Paraguai. A cifra também é maior do que tudo que o Brasil arrecadou com privatizações federais nesta década - US$ 26,075.bilhões.

Serviço ao Público



Como fiscalizar os serviços das empresas públicas privatizadas?

Na mira da privatização, as principais companhias prestadoras de serviços públicos do estado do Paraná estão sendo alvo de uma série de discussões e polêmicas. Na lista das instituições em fase de privatização, o governo estadual conseguiu reunir no mesmo bolo todas as suas principais empresas: Sanepar (água e esgoto), Copel (energia elétrica), Telepar (telefonia), além do Banco do Estado do Paraná e das rodovias paranaenses.

"Queremos uma função pública para a telefonia, saúde, água e esgoto, mediante a fiscalização da sociedade", afirma Roberto Antonio Von Der Osten, presidente da CUT-PR, para quem "a concorrência não vai forçar a empresa a prestar serviços com qualidade, só mesmo a sociedade organizada pode exigir produtos e serviços de qualidade".

Em fase de tramitação, um projeto de lei de autoria do deputado estadual Beto Richa (PTB) busca alternativas para esta questão. Trata-se da criação de uma Agência Controladora e Reguladora de Atividades Terceirizadas, Concessionadas ou Privatizadas. "O objetivo é criar uma agência de âmbito estadual responsável pela fiscalização dos serviços públicos. "O usuário fica a descoberto no referente à qualidade da cobrança dos serviços, que em sua origem, são públicos", explica o professor Nildo Lubke, técnico em Planejamento Público e consultor do projeto. Segundo ele, a idéia é a formação de comitês gestores formados por técnicos e membros da comunidade com poder decisório. Os comitês serão específicos para cada setor, um de infra-estrutura outro de energia e assim por diante. A análise destes comitês poderá gerar até segundo a proposta, o cancelamento da concessão. "Se o usuário estiver insatisfeito, vai reclamar a quem?" questiona Lubke. O projeto foi apresentado em maio e em junho deve entrar na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em regime de urgência. A intenção é que o projeto já esteja pronto para votação em plenário e siga para sanção do governador.

Mas será que o projeto terá força para ser viabilizado? O deputado Angelo Vanhoni não acredita em iniciativas desta natureza e se diz indignado com a proposta de privatização. De acordo com Vanhoni, o estado vai perder fomento para geração de emprego. Segundo ele, o Banestado, por exemplo, será vendido a preço de "banana" (no máximo por R$ 500 mi), que não servirá para cobrir o rombo de R$ 4 bi de dívidas da instituição e que a Copel, na verdade, está sendo rifada. "Com a privatização, os 150 mil pequenos acionistas do Banestado terão seu poder reduzido a pó, devido à integralização do capital prevista pelo banco. Ou seja, com o fomento que será fornecido pelo novo dono acionista, os pequenos perderão seu capital" afirma Vanhoni.

OPINIÃO — PRIVATIZAÇÃO



Nome: **Maria Regina**
Profissão: **Arquiteta**
"O governo não consegue gerenciar ou ter controle sobre seus próprios bens , quanto mais das estatais. Sou totalmente a favor da privatização. Tendo como exemplo a Copel que dentro de dez anos será sucateada e não valerá nada no preço de mercado , enquanto que agora está gerando lucro e vale mais."



Nome: **Paulo Khury**
Profissão: **Engenheiro Civil**
"Em certos setores acho valida a privatização, definitivamente a empresa privada é mais funcional".



Na mira do estrangeiro

60 investidores estão de olho na Copel

A Companhia Paranaense de Energia, criada em 1954, teve seu Conselho de Desestatização definido na primeira semana de maio. A previsão é de que a privatização ocorra em um ano. O valor contábil da Copel é de R$ 4,1 bi, mas segundo Ingo Hübert, presidente da Copel, quem vai definir o preço é o mercado. "Se fizermos de um jeito, ela pode valer cinco vezes mais", diz. Ao todo, 60 grandes investidores estão interessados na empresa, sendo nove do Brasil. "Desde que foi anunciada a privatização da Copel, em novembro do ano passado, temos sido visitados por grupos do mundo inteiro. Nacionais, como o grupo Iven, VBC (Votorantim, Bradesco, Carmargo Correa), pelas empresas já privatizadas como a RGE (Rio Grande do Sul), Excelsa (Espírito Santo), Coelba (Bahia), bancos Bradesco, Pactual, Opportunity, Icatu, HSBC. Grupos internacionais de Ontário (Canadá), Nova Zelândia e Florida Power Light (EUA)", conta Hübert.

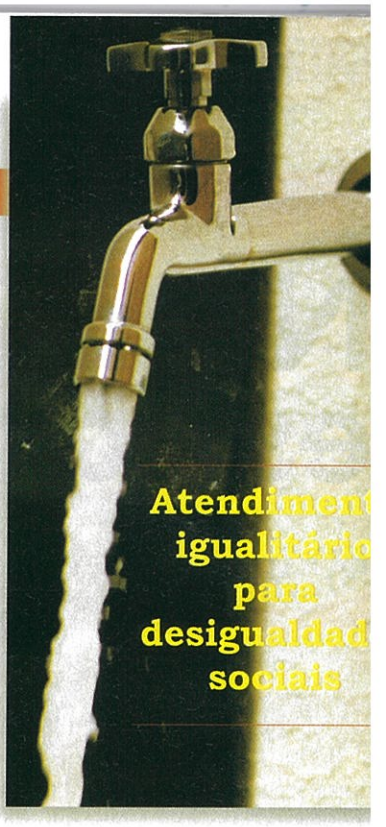
Segundo ele, algumas indústrias paranaenses já podem fazer opção por companhia (Celesc, Cesp ou Copel) e com o tempo estabelecimentos menores também o farão. Hübert é partidário da opinião de que a concorrência dará conta do recado no que se refere à fiscalização dos serviços prestados pela Copel privatizada. "O antigo Dnaee (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica), dava a tarifa porque não havia outro jeito. Na competição, isso muda radicalmente. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) vai dizer 'está aqui a tarifa, briguem' ", diz.

Copel Lucrativa

Com resultado 33% superior ao obtido em 1997, a COPEL - Companhia Paranaense de Energia, teve um lucro líquido de R$ 403 milhões em 1998. O mercado de energia no Estado cresceu 5,5%, aumentando em 10,8% a receita líquida da empresa. No mesmo período, houve um esforço interno na companhia para redução dos custos operacionais. Enxugou a máquina administrativa em 6,9% e teve uma procura maior de consumidores, cerca de 12%.

A Copel tem projetos de investimentos de R$ 2,3 bilhões até 2004, na expansão e melhoria das condições de operação e do sistema elétrico. Recentemente o governo inaugurou a usina de Salto Caxias, que tem um investimento de R$ 1 bilhão. A usina encravada no Rio Iguaçu tem capacidade para fornecer energia elétrica para uma cidade de quatro milhões de habitantes. São mais 1.240 megawatts de capacidade de geração ao sistema elétrico do Paraná.

Água para todos



A Companhia de Saneamento do Paraná foi criada em 23 de janeiro de 1963, sucedendo ao antigo Departamento de Água e Esgotos. A Lei 4.684 autorizou o Poder Executivo a constituir uma sociedade por ações, com a denominação social de Companhia de Água e Esgotos do Paraná – Agepar. Em 19 de junho de 1964, o Poder Executivo, através da Lei 4.878, alterou o nome para Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar.

É uma empresa de economia mista. Em junho de 1998, vendeu 39,7% das ações que tinha, criando o que chama de grupo Dominó (Construtora Andrade Gutierrez, holding francesa Vivendi, banco Oportunity e Copel). As ações renderam R$ 248 milhões que teriam sido geridos pelo governo do Estado e aplicados em educação, transporte e habitação.

O presidente da Sanepar, Carlos Teixeira, defende a necessidade de criação de uma agência nacional que regule o setor de saneamento básico. "A agência nacional serviria para dar um contorno mais adequado às empresas prestadoras de serviços, a exemplo do ocorre com petróleo (AN energia elétrica (Aneel) e telefo (Anetel)", assegurou. Teixeira que há necessidade de criação agências estaduais e municip para definir claramente atribuições de cada esfera do po público. Teixeira afirmou, tamb que a privatização do setor saneamento básico não pode vista como única alternativa viá para garantir a universalização serviços. "O modelo administração deve ser defin pelas variáveis locais", uma que as conjunturas regionais sociais da sociedade brasile exigem uma reflexão maior sob participação exclusiva da iniciat privada ou do Estado na explora dos serviços de saneamento básic

Na opinião de Teixeira, manutenção do controle estatal alguns estados do Brasil pode se melhor alternativa; em out regiões, a melhor alternativa po ser a privatização dos serviços; outras, a melhor opção pode se parceria entre o governo e iniciativa privada. "As decis não podem ser generalizada destaca ele, enfatizando que a c paridade na concentração de re impede um atendimento igualitá a todas as faixas sociais.

Banco do Povo

Banestado vai ser leiloado ano que vem

Um dos primeiros atos do novo governador do Paraná, Affonso Alves de Camargo, e seu secretário da Fazenda, Lysimaco Ferreira da Costa, foi decretar a criação de um banco para estancar a evasão de rendas e apoiar a economia estadual. Assim, no dia 28 de novembro de 1928 , o banco abria as portas de sua sede (primeira agência), no mesmo prédio onde hoje funciona a Agência XV de Novembro.

Hoje o Banestado está estruturado sob forma de Banco Múltiplo atuando no mercado varejista e é a principal empresa investidora do Conglomerado Financeiro Banestado, o qual congrega onze (11) empresas que participam de vários segmentos empresariais. O banco congrega empresas de Leasing, corretora de câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Corretora de Mercadorias e uma administradora de Cartões de Crédito, entre outras. Hoje são 391 agências e 1,5 milhão de correntistas. Em instituições financeiras a criação de empresas reguladoras, ou espelho, não ocorre, segundo José Evangelista de Souza, vice-presidente do Banestado, cuja carteira de ativos gira hoje em torno de R$ 3 bilhões.

Como nesse caso as empresas são altamente monopolistas a concorrência faz o papel de reguladora. Apesar das críticas ferozes ao processo de privatização do banco, Evangelista afirma que o processo está seguindo de acordo com o combinado. "Apesar do contrato de privatização ter sido enviado em junho de 1998, o Senado só aprovou em dezembro. Ou seja, já começamos o processo com quase seis meses de atraso e mesmo assim o banco deverá ser leiloado ainda no ano que vem", diz. O banco está implantando o seu PDV - Programa de Demissão Voluntária. Sendo que 2.100 funcionários já aderiram ao programa, segundo Evangelista, uma adesão maciça.



O Estado financia

ILUSTRAÇÃO: RANCIARO

O governo federal está custeando boa parte do programa de desestatização.

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), gestor do programa de privatização federal, é a principal fonte de recursos para financiar compradores nacionais e estrangeiros de empresas privatizadas. Dos 62,564 bilhões de dólares apurados desde 1991 com privatizações de empresas federais e estaduais, aproximadamente 13,285 bilhões de dólares são originários do setor público, usados para a compra de participações nas empresas ou para financiamentos a compradores. O dinheiro gasto pelo BNDES, Banco do Brasil e fundos de pensão ligados a estatais corresponde a 21% das vendas que já foram feitas, segundo cálculos feitos pela Folha de S. Paulo.

O Estado também influiu no processo de privatização por meio dos fundos de pensão patrocinados por estatais. A participação dos fundos nos leilões causou polêmica desde o começo do programa de privatização, em 1991. Embora sejam entidades de direito privado, esses fundos têm uma relação direta de dependência com as estatais, pois metade de seus diretores são indicados pela empresa à qual estão vinculados. Isso permite que o governo manipule a participação dos fundos em leilões de privatização.

Mas o maior risco do processo de desestatização é a substituição dos monopólios públicos por privados. Esse risco é mais sério na área telefônica. O modelo de privatização do serviço de telefonia não garante a plena competição no setor. No início, o monopólio passou a ser exercido pelos controladores privados do antigo sistema Telebrás. Em seguida, o governo começou a licitar autorizações do mesmo serviço nas áreas já privatizadas. Só que as empresas que já entraram ou vão entrar na licitação terão que montar suas próprias redes, batalhar pela clientela e enfrentar um concorrente já bem instalado na região. Mais um problema: a concorrência deve se concentrar nas regiões Sudeste e Sul, por causa do tráfego telefônico entre São Paulo, Rio e Minas Gerais. Áreas menos povoadas, como o Norte do país, não estimulam o apetite dos interessados na privatização.

OPINIÃO — PRIVATIZAÇÃO



Nome: **Eleutério Tetto Júnior**
Profissão: **Engenheiro Civil e de segurança do trabalho**
"Quando honesta, a privatização é válida. Depende dos serviços que estejam sendo privatizados. Acredito que serviços de primeira necessidade, de segurança , não devem ser privatizados e sim os demais . O governo deve deixar de lado a iniciativa privada e se preocupar mais com a sociedade. Os recursos para que haja uma melhor vida social existem, mas não se vê resultados."



Nome: **Laércio Alfredo Thomé**
Profissão: **Engenheiro Eletrecista/Mecanico-Autônomo.**
"Sou a favor da privatização, pois acredito que pode resolver problemas de algumas estatais. Em termos de energia elétrica, as empresas deveriam ser privatizadas, mas com o governo sempre monitorando ou acompanhando-as, deste modo não haveria o monopólio das mesmas."



Nome: **Alessandro Marcelo Moro**
Profissão: **Tecnólogo da Construção civil**
"Não acho que a privatização vá resolver o problema das estatais. Acredito ter muito interesse financeiro por parte de algumas empresas, e se forem privatizadas o monopólio acontecerá, gerando um distanciamento da sociedade."

Agências de fiscalização: defesa do consumidor

Por Jayme Lerner

A privatização é um processo que não pode seguir uma onda. Não há uma lógica que nos obrigue ou nos oriente a acompanhar a tendência de privatização pura e simplesmente porque ela entrou na moda. Todo governo tem a obrigação de buscar os mecanismos mais eficientes para atender melhor à população. Este sim é que deve ser o princípio motivador de qualquer iniciativa de privatização.

Elevar a qualidade dos serviços ofertados e reduzir os custos para o Estado, com benefícios imediatos para a população, deve ser a mola propulsora da privatização. Para garantir esses benefícios, o governo deve acompanhar a atuação das estatais depois da privatização. A criação de mecanismos de controle e fiscalização é fundamental para que isso aconteça. Dessa forma o cidadão, usuário final dos serviços, terá a quem recorrer quando houver divergências em relação aos serviços privatizados.



No Paraná, o processo de privatizações está acontecendo de maneira gradual e planejada. Estamos adotando um modelo que privilegia a defesa do consumidor. Os serviços públicos privatizados no nosso Estado serão fiscalizados por duas agências: A Agência de Águas e Energia e a Agência de Infra-Estrutura. A criação dessas agências é mais um passo rumo ao novo papel do Estado moderno, regulador e fiscalizador.

Esse modelo amplia a fiscalização, o controle e também a garantia da qualidade dos serviços. Com a criação das agências estaduais, as agências de fiscalização federais, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), funcionarão como instância superior para solucionar as divergências entre agentes e usuários dos serviços privatizados. As agências estaduais, que terão autonomia para fixar valores de tarifas e aplicar multas e penalidades, se necessários, serão criadas para aumentar a eficiência da fiscalização.

As agências paranaenses seguem o modelo multissetorial, englobando, cada uma delas, vários tipos de serviços concedidos. A agência de Águas e Energia também fiscalizará os serviços de saneamento e distribuição de gás canalizado. A Agência de Infra-estrutura ficará responsável pelas rodovias, pontes, mineração e ferrovias. O modelo multissetorial é mais vantajoso para os Estados, pois tem menor custo, maior visão do conjunto de serviços e facilita, centralizando o atendimento aos consumidores.

No centro desse processo está o cidadão. É o usuário quem deve ganhar efetivamente com a privatização. Somente nesse caso é que ela se justifica.

Quando a sua realização se traduz em van-tagens para o cidadão e quando o Estado não consegue manter a agilidade nem os investimentos que o cenário competitivo da economia está impondo em todas as áreas de prestação de serviços. ■

Jaime Lerner
Governador do Paraná

É hora de Fiscalizar



O presidente do CREA-PR, engenheiro Ivo Gilberto Martins, acha que no atual momento é preciso transparência nos processos das próximas privatizações e muita regidez na fiscalização dos serviços já privatizados.

Quais são os aspectos positivos do processo de privatização de serviços?

Se analisarmos apenas o aspecto econômico, com certeza teremos aspectos positivos. Essas empresas são mais eficientes e rentáveis. Agora, não se trata apenas de lucros, mas de novos investimentos. E para que isso aconteça, é preciso que as agências regulamentadoras sejam idôneas; que as pessoas sejam escolhidas democraticamente, para que não haja ingerência na fiscalização dos serviços. O lado positivo – que as empresas funcionam, são rentáveis – já sabemos de outros países. O problema está na realidade brasileira. É preciso adequar a privatização à realidade brasileira. Esse é o ponto fundamental.

Assim como existem em nível nacional a Anatel, a Aneel, o CNP, que acompanham em cada área o processo de privatização, não deveria existir uma agência estadual?

No Paraná, um projeto tramita na Assembléia Legislativa para a criação de uma agência estadual em função das privatizações que já aconteceram. Acho que antes mesmo da privatização das rodovias, já deveria existir uma agência que regulamentasse e fiscalizasse empresas que estão executando o serviço. Sabemos que a Copel e a Sanepar estão em vias de privatização. A preocupação nossa é em relação à experiência de outros estados, como o Rio de Janeiro com a Light e a Telefonica em São Paulo, mesmo com as agências montadas. Lembra-se do apagão? Muitas pessoas foram prejudicadas, tiveram aparelhos danificados, e quem é o responsável? Ninguém assumiu. São várias empresas, uma comprando energia da outra, e daí? Então, são vários pontos da legislação regulamentadora que nos preocupam. A privatização é uma realidade; agora, temos que permanecer atentos à legislação como um todo. Não adianta analisar só a legislação estadual, porque vai haver uma interligação, principalmente nas áreas de energia elétrica e telecomunicações, com todas as outras empresas estaduais ou regionais que foram privatizadas. É isso que pode causar sérios problemas no futuro, se não estivermos preparados para a fiscalização.

O que aconteceu na telefonia no Rio e S. Paulo, pode, por exemplo, acontecer com a energia elétrica no Paraná, cujo serviço é considerado de excelência?

Todos conhecem a eficiência da Copel. Sabemos que a Copel, além do bom serviço desenvolvido na área de energia elétrica, atua também em outra áreas, inclusive em telecomunicações. A privatização é complicada, porque pode causar danos ao Estado em outros aspectos. É uma preocupação que temos em função de nosso histórico de eficiência. Talvez outros estados não tenham a mesma preocupação, porque não têm uma empresa eficiente como a Copel. Vimos isso durante o apagão: no Paraná a luz voltou entre 15 a 30 minutos; e em outros estados, chegou a demorar até quatro horas.

Então está em risco a qualidade do serviço?

Sim! O que precisamos efetivamente é verificar a qualidade do serviço a ser prestado.

Qual é a sua preocupação com relação à criação da agência de fiscalização?

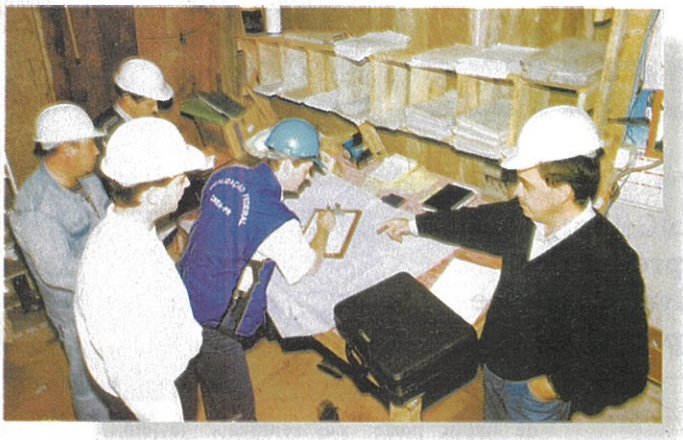
O projeto apresentado na Assembléia Legislativa é relativamente satisfatório. O que nós precisamos é definir quem são os componentes da agência fiscalizadora. O que não pode acontecer, neste processo, é termos componentes fiscalizando a eles mesmos. Se temos que formalizar agências para fiscalizar áreas como Engenharia, Arquitetura e Agronomia, é claro que nós, dessa área, queremos participar nessas agências. O CREA-PR não poderia de maneira alguma ficar fora, porque são agências que tratam de áreas tecnológicas diretamente ligadas à nossa área. Por isso acho fundamental a participação dos nossos profissionais. E volto a frisar: minha preocupação maior é que os componentes da agência fiscalizadora sejam escolhidos com isenção. A comunidade vai indicar uma parcela, e não pode existir ingerência na indicação. E mais: essa agência deve ter efetivamente o poder de fiscalizar, inclusive com o respaldo do Ministério Público. Só assim conseguiremos exercer com eficiência o controle e a fiscalização sobre os serviços privatizados.

A privatização tem implicações sociais. Como você analisa a questão?

É claro que uma empresa, quando passa a tomar conta de um serviço que era público, visa lucros. O saneamento, por exemplo, é complexo: os sistemas de abastecimento de água e de tratamento de esgotos, em cidades de maior porte, são rentáveis; já em municípios menores, os serviços normalmente são subsidiados com recursos dos municípios maiores. Temos uma grande preocupação, nesse processo de privatização e da regulamentação das atividades dessas empresas, nos contratos que serão fechados, exatamente no sentido de que toda comunidade continue recebendo um serviço de qualidade, independentemente de gerar lucros. Temos que contar com essa garantia.

E quanto às implicações na área tecnológica?

Não podemos admitir que nossos profissionais sejam preteridos em relação aos de outros países. No Brasil, temos equipamentos de alta qualidade, além de toda uma tecnologia própria desenvolvida, que deve ser aproveitada. Não podemos admitir que uma empresa que se instale aqui, simplesmente traga todo o equipamento de fora, em detrimento da indústria nacional, dos profissionais que atuam na área. Nós temos alta tecnologia na área de saneamento, como reatores para tratamento de esgoto desenvolvidos pela Sanepar, adaptados às nossas condições climáticas, que funcionam perfeitamente. Sabemos que em outros países as tecnologias são diferentes e muito mais caras. Então, acho que não se pode privatizar serviços e, depois, penalizar o consumidor com altas tarifas por usar tecnologias mais caras. Acho que se deve dar prioridade aos profissionais brasileiros nessas empresas. Temos profissionais altamente qualificados na Engenharia. A Copel é um exemplo. É inadmissível que uma empresa de fora, que venha prestar um serviço, alegue que nossos profissionais não são capacitados. Nós temos vários institutos como o LAC, o Laboratório de Hidráulica e Hidrologia, também em parceria Copel-UFPR, que desenvolve sofisticados estudos para hidrelétricas do Brasil e de vários países, em modelos reduzidos. Portanto, são pontos dos quais não podemos abrir mão. Aceitamos a privatização, sim. É um processo que pode trazer vantagens econômicas e melhorar o serviço. Mas não se pode visar lucros, apenas. Daí a importância da criação de agências, de sua interação com uma agência maior, em nível nacional, para que possamos fiscalizar os serviços prestados.



ART em código de barras

CREA-PR lança novo sistema de recolhimento da ART

O CREA-PR, procurando adequar-se aos avanços tecnológicos, está implantando um novo sistema de recolhimento de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Tais modificações vem ao encontro das exigências da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos) de só recolher documentos com código de barras. A Caixa Econômica Federal irá receber as ARTs até julho e o Banco do Estado do Paraná S/A continua recebendo por tempo indeterminado. Para solucionar essa questão, o Conselho, a partir de julho deste ano, estará alterando os procedimentos administrativos no que se refere ao recolhimento da ART.

Será disponibilizado à classe profissional das áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o KIT ART-VERSÃO 3.0, software desenvolvido pelo próprio CREA-PR para preenchimento do formulário de ART, com cálculo automático e emissão do boleto bancário para pagamento da respectiva taxa. Como não haverá mais a retenção da primeira via da ART pelo estabelecimento bancário, faz-se necessário o envio da mesma ao CREA-PR através do correio (carta resposta com porte pago) ou entrega direta em uma das Regionais/Inspetorias. Vale lembrar que, para efeitos de fiscalização, a ART só terá validade mediante apresentação da guia de pagamento (Slip).

O programa contempla outras inovações, dentre as quais destaca-se a reformulação total da Tela de Ajuda – "HELP" (a qual contém informações detalhadas de uso dos recursos disponíveis), listagem das ARTs emitidas e leitura das ARTs gravadas em disquete. A utilização do novo software traz conforto e praticidade, pois dispensa a aquisição de formulários específicos, elimina erros de preenchimento, entre outros. No entanto, a colaboração do usuário é fundamental nesse processo.

Codificação - Os usuários de versões anteriores do KIT ART precisam estar atentos à configuração necessária para utilização do programa, bem como para o cadastro da tela de parâmetros do sistema. O KIT ART numera automaticamente as ARTs, porém, a codificação dessa numeração é dada pela identificação da carteira do usuário e uma seqüência simultânea, dos quais os 8 primeiros referem-se somente à carteira e os 4 últimos obedecerão a uma seqüência numérica que vai de 0001 à 9999.

Afim de não duplicar a numeração da ART, é preciso que o usuário importe os dados de versões anteriores ou acesse a tela de parâmetros e registre a "última ART digitada". Para esta operação, deverá ser acessada a tela de parâmetros do sistema com os três últimos números da última ART emitida. As dicas para instalação e configuração do equipamento estarão disponíveis no folder que acompanha o programa.

A aquisição e/ou atualização do KIT ART poderá ser feita em uma da Regionais/Inspetorias do CREA-PR mediante a apresentação de quatro disquetes, ou ainda em nossa home page: http//www.crea-pr.org.br.

De acordo com Walkiria Weiss, supervisora de Operações e uma das responsáveis pela elaboração do KIT ART, o envio da primeira via da ART ao CREA-PR é de suma importância, pois define para efeitos legais os responsáveis técnicos pelas obras /serviços.

Walkiria informa ainda que o CREA-PR está preparando a versão 4.00, a qual possibilitará o envio de ARTs pela Internet e a utilização do programa em sistema de rede, entre outras vantagens.

"O objetivo do CREA-PR é a melhoria da qualidade dos serviços prestados; no entanto, para o sucesso desse processo necessitamos da participação do usuário. Para tal , nos colocamos à disposição afim de receber criticas e sugestões através do e-mail: wweiss@crea-pr.org.br ou correspondência dirigida à Coordenadoria Financeira Contábil/ARTs", ressalta.

Paralelamente ao lançamento do KIT ART, o CREA-PR estará lançando o site na Internet específico para ART, que trará temas como: preenchimento, baixa de obras, inclusão de co-responsabilidade, acervo técnico e um amplo glossário de conceitos técnicos .

O novo sistema será implantado a partir do início de julho; porém, enquanto os bancos estiverem recebendo o formulário antigo, o mesmo poderá ser utilizado normalmente.



Na escola

Tenho a satisfação de comunicar-lhe que a Revista Nº 01 do CREA-PR "Doce H20" de setembro/1.998, está sendo utilizada pela Profª Irene Montanha Teixeira - Disciplina de Ciências, para ministrar aulas sobre o tema Água, para os alunos do 6º e 8º períodos do Ensino Fundamental no Colégio Estadual Dr. Ubaldino do Amaral, em Santo Antonio da Platina. Entendo que a função do inspetor é levar as mensagens do CREA junto aos nossos educadores e comunidade, representá-lo e honrá-lo em todos os segmentos da sociedade em que vivemos. A revista do CREA-PR está ajudando a boa formação dos nossos estudantes. Parabéns pelas quatro edições.

Ivan Pereira Marques
Eng. Civil

• • • •

Ministério Público

Gostaríamos de saber da possibilidade de podermos obter 400 exemplares da Revista CREA nº 4 do mês de março deste ano, para ser encaminhada a todos os Promotores de Justiça que atuam na área de meio ambiente e em todas as Comarcas do Estado. Tal fato se deve tendo em vista que a revista apresenta material de grande importância para o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Ministério Público em todo o Estado a respeito dos agrotóxicos. Gostaríamos de receber os exemplares de forma gratuita pois não temos verba disponível em nosso orçamento para tal.

Elma Nery de Lima Romanó-
Engª Agrª - Procuradoria de Justiça
- Curitiba - PR

• • • •

Vistoria de poderes

A qualidade da revista continua de alto nível. Parabéns!

Referente matéria VISTORIA TOTAL NOS VEÍCULOS, é positivo; porém quem fiscaliza o governo que deveria manter as estradas em condições e não o faz? É muito fácil exigir do povo. E o governo deve servir a quem? A ele próprio?

Engenheiro Agrº José Idílio M. Santos. E-mail: jims@sercomtel.com.br - Ivaiporã

Vila Tecnológica I

Gostaria de saber onde poderia encontrar os resultados dos ensaios, descritos na revista do CREA-PR, edição n.4, realizados nas casas da Vila Tecnológica.para possíveis comparações. Tenho maior interesse nos resultados dos ensaios acústicos, térmicos e de carga suspensa. Também gostaria de saber qual o endereço da Vila Tecnológica, para realização de uma visita. Grato por sua atenção.

Eng. Ary Ullmann Jr.
E-mail: ullmann@sul.com.br

Vila Tecnológica II

Na edição nº 4 da revista CREA-PR, de vossa editoração, na reportagem intitulada "Uma Vila Diferente, foi citado um ensaio com materiais diversos para construção de casas. Solicito maiores informações sobre estas casas como custo, tempo de construção, necessidade de especialização da mão-de-obra, disponibilidade da oferta dos materiais ou serviços e resultados dos ensaios. Em não dispondo destas informações solicito indicar onde encontrá-las.

Luiz Antônio Odenath Penha
Engº Agr.º - Pato Branco - PR

■ *N.R. - Informações na PUC-PR*
Fone (041) 330-1515

Agricultura Orgânica

Através de matéria publicada na revista do CREA N.04 (março/abril), solicito telefone e endereço da AOPA(Associação de Agricultura Orgânica do Paraná) para contatos, já que a matéria não traz referências. Certos de contarmos com as informações solicitadas, desde já agradecemos.

Eng. Agr. Marco A. Barros- e-mail: costabarros@wnet.com.br

■ *N.R. - Informações na AOPA*
Fone (041) 756-4733

• • • •

Sanidade vegetal

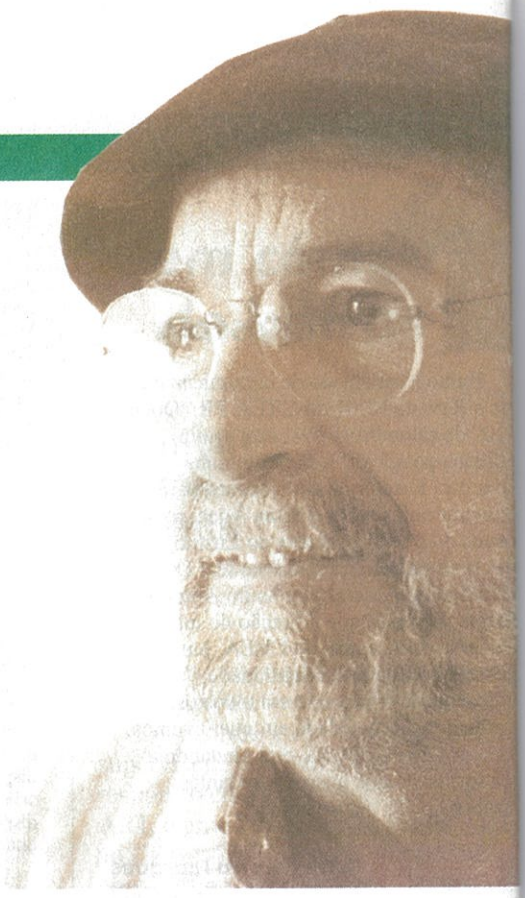
Quero parabenizar pela excelente reportagem "O veneno nosso de cada dia", na última revista CREA/PR ano I nº 4 Março/Abril 99. Nós que fazemos a seção de Sanidade vegetal desta DFA/PE, gostaríamos de solicitar alguns exemplares da revista supra mencionada. Tendo em vista que existe no MA, o PNCRV (Programa Nacional de Controle de Resíduo Vegetal), fiscalização em indústria de agrotóxicos e tudo ligado a defesa vegetal no país.

Marcos Rodrigues Barbalho - Recife - PE

Fale com a gente
informatica@crea-pr.org.br
enterpress@enter.com.br
www.enter.com.br
www.crea-pr.org.br



Sanchotene, o colecionador de prêmios



José Hermeto Palma Sanchotene, ou "Sancho", como é conhecido, começou a atuar na Arquitetura com apenas 16 anos. Ainda estudante, foi premiado na Fundação Bienal de São Paulo, disputando com projetos de vários países, e não parou mais. O gaúcho de Uruguaiana, que se formou em 1966 pela UFPR na primeira turma de Arquitetura e Urbanismo, ostenta a marca de 23 premiações nacionais e internacionais, dos 38 concursos de que participou.

Entre os projetos em que conquistou o primeiro lugar estão: a sede da Petrobrás (RJ), o maior edifício de escritórios da América Latina na década de 60; a sede do BNDE em Brasília, e a da SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SP). "Sancho" perfila ao lado de urbanistas que modelaram o visual da Curitiba dos anos 60/70, de grandes transformações, quando antigas casas com varandas de lambrequim de ar romântico deram lugar a prédios de residências, de escritórios e conjuntos habitacionais.

É dele o projeto do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de 1967 (a obra foi projetada para ficar perto do Tribunal do Júri... e acabou do outro lado da rua, ao lado do Palácio Iguaçu); o Edifício Montepar (1974); a antiga filial da IBM (obra que ele considera a mais completa); o Centro Comercial Novo Batel e o Edifício Porte Royale, entre tantos outros, inclusive o polêmico Estádio Pinheirão, projeto arrojado para a época, único no mundo em forma circular.

Entre os projetos mais recentes estão o Positivo Ambiental (Alto da 15), o Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR, em construção no bairro Jardim Botânico, e o Iate Clube de Caiobá. Grandes projetos, que demandam dois anos cada. Mas existem obras do Rio Grande do Sul à Bahia projetadas pelo arquiteto.

***"Sancho"** é descendente de espanhol de origem basca e completou 40 anos de sua mudança para Curitiba. Veio para estudar e ficou. Por duas vezes chefiou o departamento do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR. Sua tese "A Forma num Processo de Criação", sobre a metodologia aplicada nos concursos nacionais, tornou-se referência na Arquitetura. Ele foi convidado para o corpo de jurados de concursos, fez viagens de estudos ao exterior, participou de congressos e até representou o Brasil na Bienal de Paris.*

Como seria um prédio que tivesse a função de representar a comunidade científica? Essa indagação já era feita no século XVIII, e foi respondida pelo arquiteto em 1978. Naquele ano, os metalúrgicos do ABCD cruzaram os braços, o país clamava por democracia. A SBPC, uma grande tribuna de debates, trouxe à tona a discussão sobre a Arquitetura e o papel dos arquitetos. Nesse clima, "Sancho" faturou o primeiro lugar do concurso promovido pela entidade para sua sede, em São Paulo, disputando com 70 projetos.

Virada do milênio, o mundo globalizado. Quais são os novos projetos desse arquiteto colecionador de prêmios, admirador da natureza (especialmente do mar), que tem como referência Peter Eisemann, Richard Meier e o brasileiro Paulo Mendes da Rocha? Bem humorado, ele fala nesta reportagem sobre sua linha estética de trabalho, os descaminhos das grandes cidades, os problemas urbanos de Curitiba, de sua relação com a natureza. E faz um surpreendente alerta: vem aí a ética da ecologia. "Toda a ética vai passar pela ética da ecologia no futuro".

Qual sua linha estética de trabalho?

Eu procuro o equilíbrio na Arquitetura com a interação de 3 aspectos: formais, construtivos e funcionais, tanto como aspectos a investigar como a expressar, na busca da síntese, (concepção espacial) com base no contexto, para atingir uma série de objetivos. Desta maneira, há uma forma mais realística de abordar a arquitetura, visto que quando falo do contexto natural e cultural, suponho sua gama de relações e implicações entre objeto e contexto. Uma grande preocupação é com a qualidade espacial. Na minha opinião o arquiteto deve entender de espaço, e deve saber o que quer do espaço. Para outros aspectos do projeto, ele conta com especialistas ou consultores. E não é só uma questão formal, significa climatização, iluminação, acústica, uma série de resultados que o espaço propicia. É quase uma ética do espaço.

Como o senhor vê as grandes metrópoles como espaço?

Primeiro seria preciso fazer uma distinção entre as metrópoles do primeiro mundo e as do terceiro mundo. É visível nas cidades do terceiro mundo o crescimento

intenso e muitas vezes desordenado e as dificuldades da gestão urbana. Muitas vezes por fatores que transcendem a esfera municipal, dificuldades na área sócio-econômica ou na alteração de recursos, e mesmo na implantação de políticas para a questão de planejamento. Cidades como São Paulo, por exemplo, são um grande desafio para os profissionais de planejamento, e se somados às dificuldades econômicas e políticas para a efetivação de práticas de intervenção no espaço urbano, tornam-se muito difíceis de serem administrados. Já em países desenvolvidos o processo político e econômico está consolidado, as necessidades básicas da população foram resolvidas e o cidadão é consciente de seu papel na sociedade, a situação é muito diferente. Os investimentos foram feitos a partir da cidade já equipada, praticamente pronta e ordenada. Tudo é mais previsível. Embora eles tenham também problemas como deteriorização de bairros inteiros pela marginalização etc.

Qual a sua visão de cidade ideal? Curitiba ainda é uma cidade modelo?

Curitiba é um exemplo de planejamento e administração bem sucedidos, embora possa receber críticas construtivas. Mas comparada a outras cidades é bem administrada e tem uma seqüência de políticas de intervenção no espaço urbano que faz com que seja considerada como paradigma. Particularmente, me preocupo com o centro da cidade, que não pode se tornar só um pólo terminal de transporte coletivo. O centro deve ser a sala de estar da cidade, onde se circule com segurança, tendo comércio e oportunidades urbanas. Enfim, o centro deveria ser um centro de excelência e talvez fosse mais interessante mesclar um pouco suas funções urbanas com a de habitação.

Qual é o traço mais forte em seu trabalho?

Tenho como característica uma certa procura do prazer, do lúdico. Procuro transformar a situação num desafio, com uma boa adrenalina, propondo sempre uma coisa nova, para fugir do lugar-comum.

Como o senhor avalia esse certo "confronto" entre Engenheiros e Arquitetos?

A ciência procura desmistificar e a arte é o contrário. Em questões arquitetônicas a Arquitetura deve ser dominante e não a Engenharia, assim é no primeiro mundo.

O senhor participou de muitos concursos de projetos nacionais e internacionais...

Tomei parte em 36 concursos, nos quais obtive 22 prêmios. Dos nacionais, 7 classificados em primeiro lugar. Em equipes: o edifício da Petrobrás (Rio de Janeiro), a sede do BNDE (Brasília), a sede da SBPC (São Paulo) são alguns. Também recebi várias menções honrosas. Atualmente, a organização dos concursos deixa muito a desejar, pela falta de clareza e interpretação subjetivas. Mas concurso é um desafio, é um treinamento. Muito difícil por um lado mas instigante por outro, por que te recicla, te põe em confronto com propostas de outros profissionais, e avalia o teu desempenho ao desenvolvimento de uma idéia. É como participar de uma fórmula 1, tem que dar o máximo e ver a que ponto chegamos. Ou como participar de uma regata onde mudar a posição da vela na hora certa pode aprimorar a tua performance em levar o barco.

Que obra não fez, mas gostaria de ter feito?

Eu gostaria de fazer o projeto de uma catedral. Acho que é um desafio de maturidade, de expressão, de um espaço condicionar o estado de ânimo de uma população. Para mim seria um grande desafio.

E das obras realizadas, quais o senhor destacaria?

A antiga sede da IBM, e atual BRDS. Um trabalho em equipe com Oscar Mueller e Alfred Willer. Foi uma proposta onde conseguimos um resultado profissional muito gratificante. O cliente teve muita preocupação com a qualidade da arquitetura. Foi a obra mais completa, mais fiel aos projetos e mais acompanhada. Fizemos toda ela, com interiores, comunicação visual e paisagismo. Com muito controle na qualidade da obra.

E no caso do Estádio do Pinheirão, o que aconteceu?

O Pinheirão resultou de concurso nacional. O programa solicitava um estádio olímpico com capacidade para 120 mil pessoas. Durante as obras, e até agora inacabado, o projeto foi sendo alterado. A pista de atletismo pedida no programa deixa o público muito distante do campo em jogos de futebol, o que gera muitas críticas. Quanto ao projeto, ele é fruto de sua época, os anos 70, onde tudo deveria ser compatível com o "Brasil Grande".

Como o senhor situa a natureza na sua visão de arquiteto?

Esse é um assunto muito sério. Eu tenho muita preocupação com relação a isso, até pelo fato que nós interferimos na natureza com obras, construções... Eu acho que a ética do futuro vai passar pela ética da ecologia. As pessoas vão se relacionar pelo prisma da ecologia no futuro. Não por idealismo, mas por necessidade. Toda a ética humana vai passar por isso, até pela necessidade de sobrevivência do planeta. As pessoas vão começar a só aceitar aqueles que respeitam o ambiente. Então, eu seria uma pessoa ética se respeitasse a natureza. Por exemplo: para a ECO 92, os ecologistas vieram todos de avião a jato. Será que no futuro elas virão de jato, sabendo o quanto ele polui? Não seria melhor fazer um congresso por teleconferências, videoconferências? Eu tive que dar uma aula, e andei estudando um pouco: as condições da água, dos oceanos e do ar, são estarrecedoras. ■



Dia-a-Dia

O Jornal do Arquiteto (http://www.construnet.com.br/jornal/) é uma revista eletrônica que traz artigos e dicas. A estufa do Jardim Botânico é a capa desta edição. Tem também reportagens sobre a parceria de arquitetos com construtoras menores, os incentivos que estimulam a preservação de prédios históricos e soluções para utilização de espaços. Ensina o caminho das pedras para a aprovação de projetos na Prefeitura de Curitiba.

Mercado

O mercado está voltando a se abrir para profissionais com idade superior a 45 anos. O "interim management" é uma modalidade de trabalho em que o profissional é contratado para atuar em projetos curtos que duram até 9 meses. Os mais procurados possuem experiência nas áreas financeira, comercial e industrial e têm facilidade para se adaptar a novas culturas empresariais. Remuneração? R$ 10 mil mensais. Info: (011) 214-5822.

De graça

A Seagate Software vai distribuir em julho, de graça, os produtos Seagate Info 7 e Seagate Analysis. O Seagate Info 7 é uma aplicação para acesso e distribuição de informações corporativas. O outro software, Seagate Analysis, é voltado para o uso individual e incorpora a capacidade de acesso a bancos de dados e geração de relatórios do Crystal Reports. Info: www.seagatesoftware.com.

Engenheiros on line

"Este site é dedicado aos engenheiros, arquitetos, agrônomos, analistas, técnicos, tecnólogos e todos os profissionais cuja atividade-fim é usar tecnologia", avisa o texto de introdução dos Engenheiros on Line (www.engenheiros.com.br/). Fóruns de tecnologia, notícias da área, resumo curricular de profissionais de todo o Brasil são alguns dos links desta home page, cuja publicação nas seções Classificados, Empregos e Fórum é gratuita!

Elétrica

Com a conclusão do projeto de uma nova fábrica de cabos óticos (orçada em 35 milhões de dólares) a Furukawa terá capacidade para produzir anualmente 1 milhão de quilômetros de cabos e será a maior fábrica da América Latina. A subsidiária brasileira responde por 5% do faturamento global do grupo de 7 bilhões de dólares. Em 1998, as vendas da Furukawa no país chegaram a 400 milhões de dólares.

Jogo de empresas

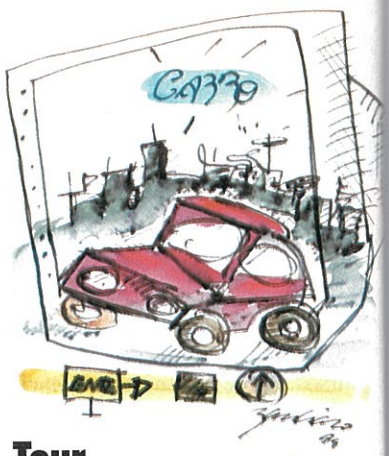
O Jogo de Empresas Win/95 tem como objetivo desafiar os conhecimentos de administradores e negociadores, proporcionando-lhes a vivência de aspectos que interferem na estratégia diária de uma organização. Para todas as decisões haverá um consultor para instruí-lo. As empresas disputarão em um mercado comum a venda de seus produtos com o objetivo principal de obter o lucro. Custa R$ 39,00 na Brasoftware.

Mais AutoCad

A Autodesk, fabricante do AutoCAD, está preparando uma linha de produtos para desenho auxiliado por computador destinada ao mercado de massas. O Actrix é um novo aplicativo para diagramação que permitirá a produção de ilustrações como diagramas de distribuição de eletricidade e tabelas organizacionais. Foi preparado para concorrer com o Visio no mercado de softwares para ilustrações.

Contador

Quem precisa de um contador para sua home page pode ter mais do que isso visitando o TheCounter.com (www.thecounter.com/). Além de contabilizar o total de acessos, esse serviço gratuito oferece informações adicionais, como o número total de visitantes por mês, semana e hora, a resolução e o número de cores de monitor que seus visitantes mais utilizam, e as estatísticas referentes aos navegadores mais usados.



Tour

Que tal uma visita pela capital francesa na página @Paris (http://www.smartweb.fr/paris/)? Entre outras coisas, você vai encontrar monumentos, compras, transportes e um guia monetário para quem deseja visitar o país. O destaque da página está nos museus, que são apresentados com um histórico e vistas panorâmicas que mostram imagens externas e internas num giro de 360o.

Capella Sistina

Construída entre 1475 e 1483, a Cappella Sistina foi originalmente utilizada como sala de jantar. Medindo 40,93 metros de distância e 13,41 metros de largura é a exata dimensão do Templo de Salomão como reporta o Velho Testamento. O site www.christusrex.org/www1/sistine/0-Tour.html mostra a história da capela, sua arquitetura e as mais de 40 pinturas nas janelas históricas com as respectivas localizações em seu interior.



MÚTUA

MÚTUA LANÇA PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA EM CONVÊNIO COM A BRASILPREV

No último dia 07 de maio foi assinado, em São Paulo, um convênio entre a MÚTUA de Assistência e a BRASILPREV. O resultado desta parceria entre as duas instituições resultou num plano de previdência privada específico para atender às necessidades dos associados.

O plano de previdência da MÚTUA de Assistência, além de oferecer a garantia do Banco do Brasil e da BRASILPREV, ainda oferece algumas vantagens específicas ao associado da MÚTUA. Uma delas é a taxa de administração cobrada pelo BB para os investimentos feitos naquela instituição financeira.

Ao fazer um plano de previdência por meio do Banco do Brasil ou de qualquer outra instituição, o cliente pagará uma taxa de 9% ao mês, enquanto que a taxa para o associado da MÚTUA de Assistência é de apenas 3%.

Na prática isso significa que a cada R$ 100,00 pagos à previdência privada no BB, o cliente terá investido apenas R$ 91,00, enquanto que através do plano da MÚTUA, o investimento será no valor de R$ 97,00. A diferença pode parecer pequena, mas ao longo dos anos o acumulo deste valor, mais os rendimentos dos lucros obtidos por meio dos investimentos feitos pelo fundo de pensão apontarão, a médio prazo, para uma grande diferença no investimento feito pelo cliente.

Em relação ao plano de saúde para os associados da MÚTUA de Assistência a Diretoria para Assuntos de Benefícios informa que o projeto de encontra em fase de estudos. O principal objetivo é oferecer aos clientes da MÚTUA um plano de autogestão que tenha os melhores serviços, com o menor preço do mercado.

Face à complexidade do projeto, ainda não existe uma previsão concreta de quando será lançado o plano de saúde. No entanto, a Diretoria da Instituição garante que o plano de saúde, hoje uma das principais reivindicações dos associados, deverá ser implantado ainda na atual gestão.

PROMOÇÃO: PROFISSIONAIS PODERÃO SE ASSOCIAR À MÚTUA POR APENAS 20 REAIS

A Mútua lança campanha com vistas ao aumento do seu quadro de associados. Nesta campanha, o profissional que se associar à Mútua neste ano de 1999, de janeiro a setembro, pagará, em quota única, apenas a contribuição de R$20,00. Aquele profissional que já tiver se associado à Mútua desde janeiro deste ano, com pagamento da contribuição superior aos R$20,00 terá a diferença restituída ou, se for do interesse do associado, a diferença a mais poderá ser usada como crédito para a anuidade do próximo ano.

Esta campanha de associatividade foi aprovada recentemente pelo plenário do CONFEA. O estudo foi encaminhado pela Diretoria Executiva da Mútua após análises de pareceres jurídicos e de estudo atuarial, que viabilizaram a fixação da contribuição em R$20,00.

Esclarecemos, no entanto, que a campanha só é válida para o ano de 1999 e para novos associados. Para aqueles que se associaram à Mútua até dezembro de 1998, o valor da anuidade é de R$ 130,00, em quota única, ou poderá ser pago em 5 (cinco) parcelas mensais de R$ 28,00, como consta os boletos bancários já emitidos.

Os profissionais do sistema CONFEA/CREAs que estiverem interessados em se associar ou saber maiores informações sobre a instituição, devem ligar para o serviço de atendimento ao público no DDG (Discagem Direta Gratuita) 0800 61 0003 ou procurar a página da Mútua na Internet, através da seguinte homepage: http://www.mutua.com.br

O serviço de DDG não se limita a receber telefonemas para saber informações da Mútua. Entre outras coisas, o serviço oferecido pelo 0800, faz novas inscrições e informa sobre as mensalidades atrasadas dos associados que querem se atualizar com a Instituição.

De qualquer parte do Brasil ligue grátis 0800 61 0003

ASSOCIADOS TERÃO PLANO ODONTOLÓGICO

Os CREAs onde já foram instaladas as primeiras Caixas de Assistência terão mais uma vantagem para oferecer ao associado da MÚTUA.

Trata-se do novo plano odontológico, aprovado durante a 20ª Reunião da Diretoria Executiva da Instituição, realizada no último mês de abril. O projeto já foi desenvolvido e deverá entrar em execução nos próximos meses.

A Diretoria para Assuntos de Benefícios informou que o plano odontológico funcionará como um convênio firmado entre a MÚTUA de Assistência e os cirurgiões dentistas do Estado. O profissional conveniado oferecerá tratamento de particular ao associado, só que com o pagamento em média 50% abaixo do preço cobrado em uma consulta particular. É que o serviço será cobrado com um desconto de 20% sobre o valor da tabela da ABO (Associação Brasileira de Odontologia), que é usada para pagamento apenas dos convênios.

Ao fazer o orçamento o associado da MÚTUA terá direito a passar por um perito, contratado pela Instituição, para verificar se o valor está correto e se não foi incluído nenhum serviço desnecessário. Ao final do tratamento, o perito também ficará a disposição do associado para avaliar se o tratamento foi realmente concluído e se o material utilizado foi de boa qualidade.

Se o tratamento for acima do previsto, o associado poderá, ainda, utilizar a linha de crédito da MÚTUA para tratamento odontológico. O dinheiro será repassado diretamente ao cirurgião dentista pela MÚTUA, em duas parcelas, uma no início e outra ao final do tratamento. Para o associado a facilidade de dividir o pagamento do empréstimo em até 12 vezes com a correção igual a da caderneta de poupança.

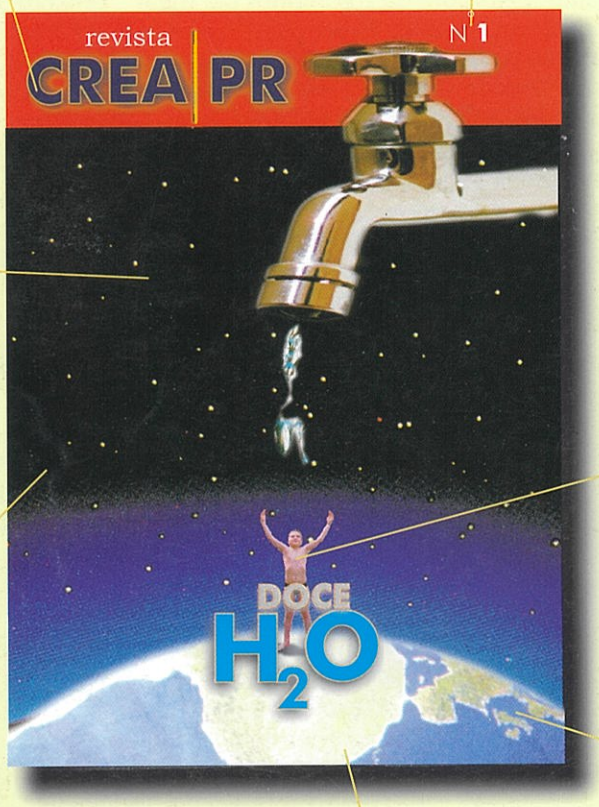


PARA ANUNCIAR LIGUE

(041) 222 6899

Periodicidade:
bimestral

Tiragem:
50 mil
exemplares
em cores



Público Alvo:
engenheiros, arquitetos,
agrônomos,
profissionais afins e empresas
do Sistema CREA-PR

Capa:
couchê 120g

Miolo: LWC 70g
(Padrão Veja).

Distribuição:
mala-direta.

Formato:
20,5cm x 27,5cm

design RANCIARO



enter
COMUNICAÇÃO

E-mail: enterpress@enter.com.br
Telefax: (041) 222-6899
Rua: Portugal,39-A, São Francisco
CEP: 80 510-280 Curitiba Pr

**Conselho Regional de Engenharia,
Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná**
Rua Dr. Zamenhof, 35 - Curitiba - PR
Fone: (041) 350-6700 - Fax: (041) 252-9498
E-mail: informatica@crea-pr.org.br